



# Anais da Assembleia

N.º 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1.979

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 127.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1.979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Lineu Turra.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Werner Wanderer (50), achando-se ausentes os Senhores Deputados David Cheriegate, Ezequias Losso (em missão cultural), José Domingos Scarpelini, Romero Filho, Trajano Bastos, Valduga, Waldir Pugliesi e Wilson Fortes (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine ao Departamento competente, que forneça uma certidão da ata da sessão anterior, mais especificamente da parte onde consta que um requerimento de minha autoria, propondo voto de solidariedade ao movimento reivindicatório dos Delegados de Carreira, foi rejeitado pela bancada majoritária desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Defiro o pedido e solicito ao Departamento competente que forneça a solicitação requerida pelo Sr. Deputado José Tavares.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. DOMICIANO THEOBALDO BRESOLIN, ocorrido recentemente na cidade de Cascavel, dando-se ciência do presente a seus familiares, na pessoa da viúva, Senhora Josephina Bresolin.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: Fuad Nacli

#### JUSTIFICATIVA:

O nome de Domiciano Theobaldo Bresolin, representa muito para a história do Município de Cascavel.

Homem dinâmico, dedicado à indústria e ao comércio, foi fundador e diretor-presidente de representativas indústrias ligadas ao ramo madeireiro, granjas, bem como de conceituados

estabelecimentos comerciais, principalmente no ramo de comércio de veículos.

Considerado um dos pioneiros que mais contribuiu para o progresso, não só de Cascavel, como também de todo o Oeste do Paraná, seu passamento faz-nos sentir no dever de externar, desta tribuna, nosso profundo pesar e inteira solidariedade aos seus familiares, aos quais o Paraná agradece pelos benefícios recebidos desse seu ente querido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de LUIZ FERNANDO ZENI, produtor de televisão, artista de teatro e consagrado empresário paranaense.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO

Apoio: Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Ainda tomado pelo emoção e grande surpresa pelo desaparecimento prematuro de Luiz Fernando Zeni, deixo aqui o meu pedido para que o Paraná, através da Assembleia Legislativa, preste a justa homenagem a esta figura humilde e talentosa que nos deixou de maneira tão triste (acidente automobilístico). Zeni, como era chamado pelos amigos, sempre defendeu o nome do nosso Estado, prestigiando os valores locais. Foi um mestre do teatro paranaense, realizando grandes e valiosos trabalhos e interpretando papéis da maior importância artística e cultural. Nada de adjetivos, pois Zeni não gostaria deles. Estivemos juntos durante anos e, marcadamente, nestes últimos dois anos, quando trabalhamos juntos no programa de Mário Vendramel, pela TV-Iguaçu Canal 4, de Curitiba. O mundo artístico do Paraná está de luto. Morreu um grande homem e um excelente amigo. Partiu aos 36 anos de idade, deixando um caminho de honestidade e exemplos. Adeus, amigo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor NELSON FACIN, Vereador da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada e à Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com o Regimento interno, e depois de ouvido o Plenário, vem mui respeitosamente, REQUERER seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. PAULO FERNANDO FURLAN, ocorrido tragicamente em data de 21 do corrente. Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade de Toledo, merecedor de todo o conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

Requer outrossim, que seja levado ao conhecimento da

família enlutada este voto de pesar, ao seguinte endereço:  
A/C da Prefeitura Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) EGON PUDELL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na sessão de sexta-feira última, o Sr. Deputado Tércio Albuquerque deu conhecimento a esta Casa de descabidas acusações que lhe foram feitas na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, pelo Vereador Severino Sacamori.

Posteriormente, tais acusações foram praticamente reiteradas, quando o jornal "Hoje", sob manchete berrante, noticiou e destacou o acontecido.

A leitura do noticiário do órgão de imprensa referido se presta, contudo, para uma correta avaliação do quanto foi leviano o Vereador Severino Sacamori em seu pronunciamento, injuriando, com insinuações que não alicerça na verdade, o nosso colega Deputado, difamando-o com acusações vazias, porque desacompanhadas de prova.

De qualquer forma, porém, foi atingido o Sr. Deputado Tércio Albuquerque, e, com Sua Excelência, o próprio Legislativo que integra, que se vê na contingência, agora, de emprestar ao seu componente, moral e injustamente ofendido, a solidariedade e amparo a que faz jus.

Requeremos, por isso, que se consigne em ata o nosso desagravo contra o procedimento do Vereador Severino Sacamori, dando-se ciência do fato, por ofício, à Presidência da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e à Direção do jornal "Hoje", da mesma cidade.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) GABRIEL MANOEL

APOIAMENTO: Luiz Alberto Oliveira, Dácio Leonel, Werner Wanderer, David Cheriegate, Augusto Carneiro, Leônidas Chaves, Erondy Silvério, Egon Pudell, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho, Francisco Escorsin, Basílio Zanusso, Palácios, Quielse Crisóstomo, Cyro Martins e uma assinatura ilegível.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja feito apelo ao Excelentíssimo Sr. Ney Braga, MD. Governador do Estado, para a criação e instalação de uma Escola Agrícola no Município de Santa Izabel do Oeste.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

1. Já na legislatura passada, foi solicitada, por este Deputado, a criação e instalação de uma Escola Agrícola em Santa Izabel do Oeste, município que centraliza vasta região do Sudoeste do Estado.

2. Entre os propósitos do Governo Ney Braga, expressos no seu plano (Subprograma 1.4.4 - Incremento à Formação de Técnicos Agrícolas), consta: "A expansão e a melhoria da rede física de tais medidas escolares e de seus equipamentos".

3. No Sudoeste paranaense, somente existe uma Escola Agrícola (Clevelândia).

4. A formação profissional na própria região também vem de encontro aos conceitos expressos no Plano do Governo Ney Braga.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do

Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Oscar Alves, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, apelando no sentido da designação de um médico, para atendimento em tempo integral, no Posto de Saúde da cidade de Laranjeiras do Sul, tendo em vista a importância daquele município e a grande demanda de pessoas àquela unidade sanitária que, em face do escasso tempo, não recebe atendimento.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Nivaldo de Almeida Neto, solicitando dessa pasta a agilização na pavimentação da rodovia ligando Vera Cruz do Oeste a Santa Helena, via Diamante do Oeste.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

O setor viário do Oeste do Paraná ainda encontra-se debilitado em alguns segmentos importantes, nos quais incluem-se vias alimentadoras e escoadoras de significado, bem como crescentes localidades e municípios, que ressentem-se em sua caminhada desenvolvimentista de melhores rodovias, essencialmente as asfaltadas, elemento importante para a consolidação do progresso de uma região.

Nessa situação encontram-se os Municípios de Céu Azul, Matelândia e Santa Helena, que aguardam a pavimentação da rodovia que fará ligação entre Vera Cruz do Oeste, Diamante do Oeste e Santa Helena.

O estágio primário da construção encontra-se totalmente concluído, estando paralisadas as obras de asfaltamento. A solicitação de agilização fundamenta-se nas reivindicações que diariamente são formuladas pelos líderes da região, notadamente Prefeitos e Vereadores dos municípios interessados na obra. Faz parte do plano de Governo de Ney Braga a implantação de dois mil quilômetros de rodovias, e acreditamos que a citada pode ser incluída como prioritária, pelos aspectos já enumerados, e por tantos outros, que são do conhecimento da Secretaria de Estado dos Transportes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legislativas, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da Organização e Divisão Judiciária, com a conseqüente criação do Distrito Judiciário de São José, no Município e Comarca de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

O distrito em tela foi criado "distrito administrativo" pela Lei Estadual número 7.159, estando assim atendida a condição para a pretendida criação de "distrito judiciário" (parágrafo segundo, do Art. 110, da Constituição do Estado).

A criação e posterior instalação de distrito judiciário, implica no conseqüente provimento de:

- a) Serventia de foro extra-judicial (tabelião de registro e de notas);
- b) Justiça de paz temporária;
- c) Sub-delegacia de Polícia.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, com transcrição em ata, o editorial "Somos pobres num rico estado agrícola", hoje publicado pelo tradicional matutino paranaense, "Gazeta do Povo" página seis.

Requer-se outrossim, que da decisão do Plenário se dê conhecimento à direção daquele jornal, na pessoa de seu ilustre Diretor, Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

Em bem articulado editorial, o tradicional matutino paranaense "a Gazeta do Povo", volta a abordar um tema que tem sido uma preocupação constante desta Casa: a pobreza do agricultor paranaense, as condições subhumanas dos bóias frias e da penúria do pequeno proprietário agrícola num Estado em que possui uma agricultura rica e que, apesar de representar somente 2,4% do território nacional contribui com 20% da produção nacional de alimentos.

Citando dados irresponsáveis, como a renda per capita paranaense que é a menor dos três Estados sulinos e abaixo da média nacional, a baixa remuneração a quem lavra a terra e com o suor do seu trabalho produz alimentos e a alta remuneração dos atravessadores desses produtos, o Editorial em questão faz uma radiografia sem retoques da desestimulante situação em que se encontra o agricultor paranaense, mostra a deformação do modelo econômico dos últimos períodos, nos quais se "divinizava" a industrialização e se relegava a plano inferior o setor agrícola nacional e conclui fazendo votos que o XI Congresso Brasileiro de Agronomia que atualmente aqui se realiza expresse essa situação "através de visão crítica, antes que a laudação do panegírico".

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a imprensa de nosso Estado tem o dever, como faz a "Gazeta do Povo", de informar e, também de formar a opinião pública, ao lado dos outros setores da sociedade paranaense, notadamente em temas tão decisivos para o desenvolvimento econômico e social de nossa terra como esse que foi tão corretamente abordado no editorial citado.

Assim sendo, justo é que se registre nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado esse editorial que, ao lado de tantos outros, demonstra que a "Gazeta do Povo" é um jornal voltado para os mais importantes problemas paranaenses e nós, representantes do povo, só podemos desejar que a "Gazeta do Povo" continue nessa sua linha editorial, ajudando, alertando as autoridades, pedindo, reclamando melhores condições de vida para os nossos sofridos agricultores.

## Projeto de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 175/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de Novo Sobradinho, com as seguintes divisas:

"Partindo da confluência do Lajeado Socobôê, com o Arroio Guaçu, sobe por este até a Barra do Lajeado Barro Preto, pelo qual sobe até a Barra da Sanga Floriano, subindo por esta até a divisa entre os lotes rurais de números 25, da Linha Guaçu, e 129, da Linha Marreco, ambas do 8.º perímetro, pela qual segue até o travessão, seguindo daí pela divisa norte do lote rural 128, confrontando com os lotes rurais números 26, 27, 28, 34, 35 e 36, onde encontra a Sanga Três Cedrinhos pela qual desce até sua barra no Lajeado Grande, desce por este até encontrar, em sua margem direita, o travessão, divisa entre os lotes rurais números 130/155, pelo qual segue em direção

Norte e Noroeste, até encontrar o marco divisório 149/150, na margem direita da Sanga Juriti, pela qual desce até sua barra no Lajeado Socobôê, e ainda por este até sua barra no Arroio Guaçu, ponto de partida desta descrição, abrangendo 149 lotes rurais (1 a 149), todos os Oitavo Perímetro - Linha Guaçu - da Fazenda Britânia, deste Município e Comarca de Toledo, assim fechando o perímetro do Distrito de Novo Sobradinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1.979.

(a) EGON PUDELL

## JUSTIFICATIVA:

O surto de desenvolvimento que vem apresentando a região Oeste do nosso Estado, está a exigir mudanças administrativas a fim de que o progresso não encontre entraves e gere distorções.

A localidade de Novo Sobradinho, no Município de Toledo, pelo seu grande desenvolvimento, já mereceu o reconhecimento como Distrito, pela Lei Municipal número 02/79, de 02/10/79. Com o presente projeto de lei, queremos agora convalidar aquela manifestação municipal e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A violência e a criminalidade constituem fenômenos alarmantes no estágio atual da civilização. Contribui inegavelmente para este quadro, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que atuam não somente como instrumentos para se praticar a violência, mas também, difundí-la pelos mais avançados meios de informação e comunicação".

Este trecho faz parte de um extenso trabalho do Professor René Dotti, da Universidade Federal, encaminhado, em forma de subsídio, à reunião dos Secretários de Justiça e de Segurança Pública, que hoje está se encerrando na Capital Federal. Diz mais o ilustre Professor e advogado: "O esforço no combate à violência e à criminalidade contra os comportamentos desviados e a anomia, deve ser encetado de maneira planejada e integral. Todos os fatores devem ser objeto de cuidadosos estudos pelos juristas e demais cientistas sem qualquer forma de discriminação. O empenho do Estado e dos indivíduos na proteção do meio-ambiente e na oferta de melhor qualidade de vida, configura uma etapa importante e superior na prevenção da conduta humana agressiva".

Conduta humana agressiva. É o fenômeno que mais nos afeta e que mais nos perturba, não só ante a evidência de que o índice de criminalidade vem crescendo assustadoramente, como também pelo fato de termos assistido, nos últimos dias, lamentáveis acontecimentos no setor policial curitibano, com o assassinato de um motorista de táxi e com o linchamento de um ser humano. Não queremos entrar no mérito desses fatos, deixando claro, porém, que são fatos que nos chocaram profundamente, e temos, portanto, o dever de condená-los. E, como Parlamentares, nos posicionarmos no sentido de fazer com que o Estado parta para a ação de uma série de medidas, visando combater o barbarismo, a violência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao longo de nossa carreira como repórter especializado em assuntos da Segurança Pública, sempre nos escudamos no princípio de que tudo deve ser feito visando assegurar a tranquilidade do povo. Nosso comprometimento como Vereador, em Curitiba, seguiu a mesma linha, e agora, como Deputado Estadual, perseguimos as mesmas normas de comportamento em relação a tão sério problema e nas análises que sempre fazemos, a problemática sempre sugere a

adoção de medidas efetivas de amparo àqueles que se encontram sob a tutela do Estado. Agora, mais do que nunca, porque, mais do que nunca se fala, em todo o mundo, dos direitos da pessoa humana. E segurança, tranquilidade, são também parte dos direitos humanos.

A sociedade está, como sempre esteve, nos cobrando esses direitos e nós, como Parlamentares, sempre que mantínhamos audiência com o Governador Ney Braga ou com o Secretário Haroldo Ferreira Dias, da Segurança, levamos a eles a preocupação de muitos setores da nossa população em relação à falta de segurança, inclusive a estudantes que, por falta de curso de segundo grau, nos bairros, principalmente, se vêem forçados a se deslocar para o centro, retornando altas horas da noite, ficando ao desamparo, relegados à própria sorte, por falta de segurança.

Paralelamente, da tribuna da Assembléia Legislativa, fizemos vários pronunciamentos, quando, inclusive, sugerimos ao Sr. Governador Ney Braga, uma série de medidas, mais exatamente, um pacote da segurança pública. Definíamos como importantes a adoção dessas medidas: retorno dos pontos fixos de viaturas da rádio patrulha; COPOM e outros organismos da Polícia Militar; ronda pelos bairros; a mobilização dos cavaleiros da Polícia Militar no período noturno e a volta das operações "pente fino".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, estivemos em audiência com o Sr. Governador Ney Braga, quando, mais uma vez, fizemos apelos nesse sentido, inclusive para que se estudasse a implantação de cursos de segundo grau, período noturno, nos bairros mais populosos de nossa cidade. O Governador do Estado mostrou-se sensível à nossa reivindicação e aos reclamos da população. Primeiro, ao anunciar um plano de policiamento, que prevê a instalação de quarenta postos policiais fixos nos bairros da Capital. Segundo, ao nos informar que vai determinar estudos visando a implantação dos cursos de segundo grau nos bairros de Curitiba, no período noturno.

Este posicionamento merece nossos aplausos. Por isso, deixamos aqui este registro de agradecimento nosso e da população da região metropolitana de Curitiba, pelas medidas anunciadas, no setor da segurança pública, pelo Governador Ney Braga".

O SR. PRESIDENTE -- (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella, inscrito.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O nosso mundo, vem apresentando a cada dia que passa, um aumento vertiginoso da marginalização humana.

A pessoa humana na sua grande maioria, vem sendo instrumento de sua mesma espécie, que em minoria dominante adotam um tratamento materialista e totalmente desvinculado com a sensibilidade e o respeito ao próximo, pois a ganância e a ambição desenfreada cegaram os olhos e taparam os ouvidos ao clamor do enorme exército de marginalizados, que anseiam unicamente pela oportunidade de exercerem alguma atividade útil e dignificante para poderem pelo menos dar à família condições mínimas de sobrevivência.

A insensibilidade dos governantes, em todo o mundo, se faz sentir a todo instante e a cada momento, quando vultuosas somas de recursos são designados para programas de governos que nada dizem respeito ao homem. São gastos com objetivos estratégicos com a finalidade de demonstração de força numa corrida armamentista inútil e perniciosa ao homem, pois estão construindo o próprio fim da humanidade. O mundo de hoje foi transformado num imenso barril de pólvora com estopim curto e está prestes a explodir à mínima falha humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Fizemos esta introdução para melhor situar uma das mais importantes figuras humanas existentes hoje no mundo. Trata-se da MADRE TEREZA DE CALCUTÁ, Prêmio Nobel da Paz, 1979.

Muitas personalidades importantes já receberam esse prêmio, que pela primeira vez, em 1901, foi concedido ao suíço Jean Henry Dunant, fundador da Cruz Vermelha Internacional, iniciando assim desde então, a lista dos ganhadores.

Com o devido respeito às personalidades agraciadas com o Prêmio Nobel da Paz, e respeitando as decisões anteriores do nobre Parlamento norueguês, podemos afirmar, sem receio de cometer injustiças e sem receio de errar, que a mais sábia decisão tomada pelos integrantes daquele nobre Parlamento, foi a de conceder à pequena grande Missionária Madre Tereza, que o Brasil teve a honra de recebê-la recentemente, quando aqui em nosso País, precisamente em Salvador, fundou uma casa das Missionárias da Caridade, e segundo palavras de D. Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, sobre a Madre Tereza: "Ela mais honrou o prêmio que por ele foi honrada".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O grande jornalista da "Gazeta do Povo", José Wanderley Dias, em sua crônica "A Vista do Meu Ponto", faz uma feliz apreciação da assertiva do Parlamento norueguês, que através do Prêmio Nobel da Paz, reconheceu mundialmente o valor da dedicação da Madre Tereza, crônica essa que me permite transcrever alguns trechos para dar mais objetivo e conteúdo a esse pronunciamento.

Escreve aquele colunista:

"Volto a falar numa mulher admirável, numa das criaturas mais nitidamente merecedoras do apreço e do respeito. Volto não "porque", mas "quando" se volta a falar dela em todas as partes do Planeta.

Tereza de Calcutá, acaba de receber o Prêmio Nobel da Paz.

E o prêmio terá sido merecido como nunca. Porque pouquíssimos terão feito o que ela fez e continuará a fazer.

Cinquenta anos entre os miseráveis dos miseráveis. Principalmente em Calcutá, onde todos os problemas da Índia miserável se concentram e se multiplicam".

Mais adiante, diz José Wanderley Dias:

"A Índia da miséria total, da indigência absoluta, da competíssima carência.

A doença, a peste, o preconceito, o atraso.

Crianças sendo jogadas ao lixo. Milhões de criaturas comendo restos de animais. A doença e o atraso andando de braços dados. E gente que luta contra isso. Sem qualquer possibilidade de influir no governo do mundo e na força dos poderosos.

Pelo contrário, fazendo-se um dos mais pobres, mergulhando solidariamente na miséria e no abandono, para promover a criatura, para aliviar o desgraçado, para levar a paz da amizade, da fé, da crença, da ternura e do amor".

Conclui aquela brilhante crônica afirmando:

"E o grande coração que não enfraquece, enquanto o corpo se vai consumindo na canseira, na dedicação.

A premiação dignifica o Parlamento nórdico e redime algo das culpas da humanidade.

Volta o homem a compreender que só existe uma solução para suas angústias: o amor, a caridade, que não conhece fronteiras, nem tem limites, porque nasce no próprio coração de Deus, que é o amor em essência.

Ela segue realmente o que Cristo, seu Mestre, lhe ensinou: "O que fizeres ao menor de todos, é a mim que o terás feito".

Isso é preciso ser compreendido por todos nós, enquanto ainda é tempo de nos convenceremos de que continuamos humanos.

Se não somos capazes de compreender que o ódio avilta, destrói, arruína; que desamor nada deixa crescer de bom em seu redor; que só o amor dignifica a existência, continuaremos a ser os egoístas, os destruidores, os inimigos da espécie humana, ainda que não tenhamos qualquer arma nas mãos.

Onde uma lágrima for aliviada, onde uma dor for compre-

endida, aí o ser humano terá tido algo de divino, a falta merecerá perdão, haverá sempre um amanhã.

E isso é o que conseguem, que constróem, que edificam criaturas como Madre Tereza de Calcutá, Prêmio Nobel da Paz, Prêmio de Deus de Amor”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esse mundo seria totalmente bom se existisse no coração de cada governante, de cada homem público, de cada empresário, um pouco de Madre Tereza de Calcutá”.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê): “As últimas declarações do Presidente João Baptista, têm sido alvo de chacotas, além da incredulidade popular. O Presidente, forçando uma imagem que chega às raias do ridículo, continua falando besteiras e agindo de maneira incompatível com o cargo que ocupa. Na última segunda-feira, ao ser abordado pelo Sr. Horácio Sabino Coimbra, Diretor-Presidente da Cia. Cacique, Figueiredo respondeu de maneira áspera que “existem coisas piores que o café para resolver e que todo mundo só pensa nos seus interesses”. Horácio Coimbra queria saber sobre o problema do café.

O Brasil sabe que existem coisas piores que o café para resolver. Nem seria preciso que o “iluminado” João Baptista afirmasse. Existem coisas piores, efetivamente. Como o nosso governo, por exemplo. Um governo incapaz, frouxo, com um desfile de homens despreparados. Se o Sr. João Baptista tivesse sensibilidade para os problemas nacionais, veria que o café tem outras implicações, notadamente no setor social.

Se o Sr. João Baptista tivesse sensibilidade, saberia que a erradicação dos cafezais, criou a imagem do “bóia-fria”. E hoje são mais de 800 mil no Paraná. Tudo começou em 1.966, quando o Governo pagou para que os fazendeiros erradicassem os pés de café. Naquele ano, o Paraná passaria a conhecer o “bóia-fria”. E hoje, quando os cafeicultores exigem providências, não o fazem em causa própria. E a imprensa já noticiou que no Estado de São Paulo, fazendeiros estão arrancando os cafezais, revoltados com a política econômica do Governo. A cada pé erradicado é mais uma família na rua da amargura.

Se o Sr. João Baptista tivesse sensibilidade para os problemas nacionais, não teria respondido de forma tão leviana, a uma indagação de um industrial. O café, além de ser, ainda, a maior fonte de divisas para o País, é responsável pela utilização da mão-de-obra da zona rural. O Brasil sabe que existem coisas piores do que o café para resolver, Sr. Presidente. Mas um Presidente deve ter uma visão mais ampla dos problemas e suas conseqüências. Lamentavelmente assistimos a mais uma brincadeira do Sr. João Baptista.

Até quando ele vai brincar com o nosso povo, não sabemos. Mas de uma coisa, temos certeza: não será por muito tempo. O “popularesco” ainda será julgado pelo júri popular.

Neste País se fala muito na praga da ferrugem, a praga do cancro cítrico, na peste suína. Mas a maior praga deste País, é o governo militar”.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “Tivemos o desprazer, e mais uma vez ficar altamente preocupados, após, passados alguns dias, ao analisar o pronunciamento do Deputado Nestor Baptista, a respeito da atuação nefasta de seu correligionário na Prefeitura de Ponta Grossa.

Preocupado com os destinos do nosso País, na abertura política oferecida pelo Governo do Presidente Figueiredo; preocupado pelo risco de nosso povo ir no engodo das belas frases da demagogia, meio, através do qual, os oportunistas

polítiques querem sensibilizar o povo brasileiro; preocupado porque o Brasil, numa fase econômica difícil de vencer, onde todos os nossos sacrifícios são pequenos para ultrapassar os obstáculos do sub-desenvolvimento; deveríamos, nesta fase crucial de nossa história, contar com todos, no trabalho incessante de participação efetiva e altruísta para o bem da Nação.

Entretanto, há aqueles que demagogicamente procuram implantar a semente da discórdia no espírito de nosso povo.

E, infelizmente, corremos o risco de ver a erva daninha crescer.

As boas sementes que podem germinar, criar sazonados frutos para o nosso futuro, são sufocadas pela perniciosa intenção dos opositores ao governo.

É o caso, do porta-voz do Governo do MDB de Ponta Grossa, nesta Casa de Leis, que tenta impingir, através de mentiras e calúnias, um aspecto falso do panorama político de minha cidade.

Permitam-me os Srs. representantes dos paranaenses, nesta Casa, que conteste o Deputado caluniador, estabelecendo a verdade sobre a administração municipal da Princesa dos Campos.

#### C I B P U

Afirmou o Deputado Nestor Baptista, que quando assumimos a Prefeitura, encontramos um Relatório da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai - CIBPU, sobre “Plano de Industrialização Regional”, mencionando Ponta Grossa como um dos principais polos de desenvolvimento do Paraná.

E, que foi só subirmos na boléia e tocar o plano.

Mentiu, Deputado.

O Relatório da CIBPU estava pronto desde 1.963, e várias citações sobre ele foram feitas em Ponta Grossa. Nós tivemos a oportunidade de fazê-las.

Depois de seis anos após concluído o relatório, a administração municipal instalada em 1969 é que tomou como base para o desenvolvimento, os dados constantes do relatório.

O relatório da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai, concluído e apresentado em 1963, teve participação de muitos paranaenses e, entre eles, estava a minha pessoa, como Engenheiro da Secretaria de Obras Públicas, cujo titular o Secretário Alípio Ayres de Carvalho, era o Coordenador do Paraná.

Portanto, conhecíamos o Relatório da CIBPU de forma profunda, principalmente no que se referia a Ponta Grossa. Isso foi em 1963, seis anos antes de assumirmos a Prefeitura.

Não fizemos segredo, naquela época, do que Ponta Grossa poderia representar no desenvolvimento paranaense, inclusive para a administração que se instalava em 1966 naquela Prefeitura.

O conteúdo desse relatório foi divulgado na Associação Comercial e Industrial e em Clubes de Serviço.

Não poderíamos prever que os conhecimentos que estávamos adquirindo, naquele mister dentro de nossas atividades profissionais, pudessem servir para tirar Ponta Grossa da letargia que até 1968, vivia.

E, isso aconteceu.

Com a valiosa participação das classes empresariais e produtoras e de profissionais capacitados, tivemos a mais grata oportunidade de colocar Ponta Grossa no seu devido e merecido lugar no cenário do Paraná e do Brasil.

Antes de 1969, não houve contato ou trabalho qualquer que atraísse empresários para a nossa cidade.

A herança que realmente recebemos do antecessor, foi quase cinquenta por cento de dívidas em relação ao orçamento do ano; foram vales ilegais na tesouraria; e um quadro estrutural capaz de causar vergonha a qualquer administrador.

Assumimos a Prefeitura em janeiro de 1969, dentro do

quadro desolador de uma cidade que dia a dia perdia a sua posição no setor econômico paranaense para outros municípios.

E, veio então 1969.

A mesma Ponta Grossa.

No mesmo lugar, não mudou sua posição geográfica; as estradas eram as mesmas; as comunicações também; a Cia. Prada também permaneceu até 1970, colaborando conosco.

O mesmo Governador!!!!...

E o que foi então que mudou?

Foi a forma de encarar e explorar a posição privilegiada da Princesa dos Campos, numa comunhão de esforços, entre a administração e classes empresariais, propiciando para o município um novo panorama.

E só os perniciosos, aqueles de mente obscura, ou aqueles que procuravam e procuram denegrir ou destruir as boas e grandes realizações, não querem admitir.

Há realmente os espíritos obscuros, mentes perniciosas, que nada representam para atingir os fins mesquinhos a que se propõem, para galgar posições fictícias, levando na avalanche das más intenções, caras realizações.

Isso é o que Vossa Excelência, Deputado Nestor Baptista apresenta, em seus pronunciamentos caluniadores, admitimos, se nos permite, até certo ponto, por faccionismo partidário ou por infundadas informações.

E o PLADEI?

E, o Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa? O que representa?

Quem o realizou?

Quanto custou para os cofres Públicos?

Quem realizou o PLADEI dentro da programação das classes empresariais de Ponta Grossa, foi uma das maiores autoridades em Código Tributário do País, Doutor Fábio Fanuchi, de saudosa memória.

Nada custou aos cofres públicos o trabalho realizado por Fábio Fanuchi.

A minuta do PLADEI, antes de ir à Câmara Municipal foi discutida em sessões públicas, todo e qualquer cidadão poderia argumentar e apresentar sugestões.

O mesmo não aconteceu com o PRODEIN e com a CIDEP, as quais, criadas pelo Senhor Stanislausk, foram aprovadas repentinamente, pela Câmara Municipal, pela maioria dos Vereadores.

Quem poderá comparar a capacidade do Doutor Fábio Fanuchi, que sempre foi reconhecido como uma das maiores autoridades em legislação tributária do Brasil, com a capacidade nesse setor de um jovem jornalista, radialista, que galgando a posição de Deputado, vem aqui neste plenário tentar empanar o conceito que teve e sempre terá esse plano de desenvolvimento pioneiro no Paraná: o PLADEI.

E, continuamos, na análise da pérfida maledicência que usou, no seu pronunciamento, o Deputado Nestor Baptista.

Todas as empresas instaladas em Ponta Grossa, no período de 1969 a 1976, tiveram o crivo do PLADEI, com a devida assistência técnica da Prefeitura, e se lá instalaram em quantidade e qualidade, nesse período tão pequeno, houve a justificativa do estímulo propiciado por homens capazes que estavam à frente da administração municipal.

A transformação sócio-econômica através da qual passou o município é visto amplamente por todo o bom paranaense. Só não é visto pelos incapazes, pelos caluniadores e pelos que usam o caminho da indecência demagógica, barata e falsa.

Além da criação do PLADEI, a Prefeitura, na época tomou outras medidas complementares, tais como, a fixação de faixas áreas ou regiões em condições ideais para a instalação de indústrias.

Adquiriu uma área da Rede Ferroviária na área de 158 alqueires que pagou à base de Cr\$ 6.300,00 o alqueire, contratou mediante concorrência, uma das maiores e mais capazes fir-

mas, Antônio Noronha & Cia., para estabelecer o plano estrutural de aproveitamento da área e regiões circunvizinhas.

No entanto, pelo partido da oposição instalado em 1977, dentro do atrevido espírito destruidor resolveu extinguir o PLADEI e criou o PRODEIN, este, que em apenas 3 folhas datilografadas põe por terra, o PLADEI que tantos benefícios ofereceu ao desenvolvimento de Ponta Grossa.

Sobre o PLADEI, fica o conceito inabalável de Plano que foi capaz de dar o impulso necessário para entusiasmar toda uma população, e servir de exemplo para o Paraná.

Sobre ao crescimento da arrecadação nos últimos anos, o que o Deputado Nestor Baptista, no que se refere ao ICM, já aqui mencionei, cujos reflexos tem prazo mínimo de três anos.

Com respeito a arrecadação própria é um capítulo a parte: a Prefeitura de Ponta Grossa, no Governo da ARENA autêntica, entre os anos de 1969 e 1976 teve um cadastro técnico e fiscal atualizado com levantamento aerofotogramétrico atualizado, em perfeitas condições de atender, de forma justa e eficiente a infra-estrutura, zoneamentos, sistema viário, bem como aos setores de arrecadação e fiscalização.

A Prefeitura mantinha a Assessoria de Planejamento com técnicos com capacidade comprovada, advogado, economistas, arquitetos e técnicos em administração, cujo trabalho desenvolvido trazia os efeitos desejados.

No Governo do MDB, a Assessoria de Planejamento, perdeu essa responsabilidade.

O Governo do MDB, firmou contrato com três personalidades de Curitiba, à base de Cr\$ 150.000,00 de entrada, Cr\$ 75.000,00 por mês, e o chefe supremo da Assessoria de Planejamento é o Secretário de Administração, que também é Presidente do Conselho da C.P.T. e também Presidente do CIDEP.

Na avaliação do que era e é, observem Senhores Deputados:

No Governo da ARENA, os talões de impostos eram entregues até o dia 31 de dezembro do ano anterior, com prazo suficiente para possíveis reclamações.

Instalou-se o MDB em 1977, e os talões passaram a ser impressos em Santa Catarina, e a entrega dos talões, iam para os meses de abril, maio e este ano foi até agosto.

As ruas, endereços e nomes de proprietários expressos nos talões, com erros cabulosos. Trocaram nome de ruas — de Padre Lux para Ermelino de Leão, de Padre Ildefonso para Gal. Carneiro.

Esse foi o reflexo do cadastro que as ilustres personalidades curitibanas, muito bem remuneradas, impingiram ao povo pontagrossense.

Mas, as alterações para pior, implantadas pelo cadastro do Governo do MDB em Ponta Grossa, não ficaram somente nas falhas acima mencionadas.

O mais sério vamos relatar agora.

O Deputado porta-voz do alaíde de Ponta Grossa, afirmou que a arrecadação própria subiu muito após 1978.

Disse uma verdade. Pelo menos uma verdade escapou no pronunciamento do Deputado Nestor Baptista.

Somente que esqueceu o moço, de esclarecer como foi a forma, que o MDB adotou para fazer crescer a arrecadação própria.

A forma, a maneira não foi outra, senão aquela de extorquir o povo de Ponta Grossa, na escorchante elevação dos impostos municipais.

Se houve trabalho dos técnicos contratados para o cadastro, esse trabalho apareceu no aumento dos impostos, que atingiram até 2.576%

Algumas citações (desconhecemos os nomes dos proprietários) — Inscrição SE — 024-009, Rua Dr. Colares 602, cujo imposto que em 1978 era de Cr\$ 2.189,00 passou em 1979 para Cr\$ 18.484,00, com acréscimo de 844%



— Inscrição NE - 721-020, à Rua Chafic Cury, que de Cr\$ 237,00 passou para Cr\$ 836,00 com aumento de 352%.

— Inscrição SE - 091-010, à Rua Ricardo Lemos, com imposto de Cr\$ 672,00 em 1978, passou para Cr\$ 9.653,00 em 1979, com acréscimo de 1.436%.

Temos em mãos o aumento em 112 imóveis, sem a conotação do proprietário, que demonstra o desenfreado desespero do MDB de explorar o povo de Ponta Grossa.

Na Vila Ricci, onde residem famílias modestas de trabalhadores, a média de aumento do imposto, foi de 1.600%, atingindo casas até 2.619%.

O desenfreado arrebatamento do poder público para somar, aumentar a arrecadação municipal, também não poupou os adquirentes de casas residenciais nos núcleos construídos pelo BNH.

Isentos de impostos prediais que estavam, na oportunidade oferecida pelos Prefeitos da ARENA, os moradores dos núcleos foram surpreendidos com os lançamentos de impostos prediais, com a instalação do Governo do Stanislaizuk.

Uma residência no núcleo 31 de Março paga hoje Cr\$ 494,00 de impostos anuais, contra uma prestação mensal do imóvel de Cr\$ 254,00.

Foi esta a maneira que usou o Governo Municipal do MDB, baseado nos técnicos importados e bem pagos, para arrancar o dinheiro do povo, e aplicá-lo ao bel prazer dos caprichos prefeiturais, contra o interesse do próprio povo.

Francamente, a ousadia do porta-voz do alcaide nesta Assembléia, é grande e desprovida de fundamentos, em afirmar que isso é cadastro técnico.

Isso é, sim, a forma de tirar dinheiro do povo.

O Deputado Nestor Baptista é, evidentemente, inconsequente em suas palavras.

Muito bem encomendado e talvez "bem pago", não aceita que um planejamento administrativo tem efeito retardado.

Na curta inteligência que Vossa Excelência tem, afirmo que sim.

Não vivemos no tempo de fadas que com a sua varinha mágica transforma repentinamente as coisas ou fatos.

Caia na realidade moço, e não venha mais como fantoche deturpar a verdade.

Caia na realidade moço, de que o seu representado, é um medíocre, paupérrimo administrador; no entanto usa de quaisquer meios, principalmente, dos excusos para apagar o trabalho de cidadãos, capazes, das classes representativas do comércio, da indústria, da agricultura, da pecuária e dos profissionais liberais, dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, e de todos aqueles que querem e amam a Princesa dos Campos.

#### PROCESSO

Vossa Excelência, Deputado Nestor Baptista, como porta-voz mentiroso e caluniador, vem também mencionar matéria já ganha no Tribunal de Justiça, com respeito a levianas e falsas acusações do Governo do MDB.

Luiz Gonzaga Pinto, Amadeu Puppi, (ex-Prefeitos), Manorel Marcos Martins (ex-Secretário de Economia do Governo Amadeu Puppi), além de todos os membros do CONSUPER em número de 20 ilustres representantes das classes empresariais e profissionais, todos de inabalável conceito e tradição de gerações no seio da comunidade princesina, foram mencionados na representação que o Senhor Alcaide Stanislaizuk apresentou ao Juiz de Direito da Vara Criminal.

Pasmem, Senhores Deputados, o meu nome evidentemente estava incluído.

E, aqueles cidadãos, foram na justiça substituir uma suspeita por provas cabais e comprovarem as suas inocências.

Mais uma vez, os honestos tiveram que provar que são honestos.

E, de acordo com o Acórdão 6431, que declarando que "das precárias notícias veiculadas nos autos, desacompanhado

de comprovantes pertinentes, determina o arquivamento da representação".

Vem o Acórdão 6431, assinado por todos os ilustres Desembargadores Membros do Tribunal de Justiça do Poder Judiciário, de cuja decisão, respeitamos e respeitaremos sempre como cidadão integrado na sociedade.

Podemos afirmar, de novo, o Deputado Nestor Baptista, falseou a verdade, e, buscou na calúnia, defender o seu correligionário, e de citar cidadãos de tradição em Ponta Grossa, vem de citar pessoas de abalada idoneidade moral com passado, de gerações na cidade de Ponta Grossa.

E, vai uma pergunta Deputado Baptista:

Pode Vossa Excelência dizer o mesmo daquele que defende?

Parece que ele já viu o sol nascer quadrado, e, devidamente comprovado pela justiça.

Mas, isso é um caso a parte, e, como cidadão com espírito humano, nada nos cabe a prosseguir em análises do passado de outros.

Garantimos que o nosso teto não é de vidro.

Temos um nome a zelar, é o nome de nossa família! Modesta por certo, que soube sempre e, saberá, dentro de nosso trabalho altruísta, e com muito e muito mesmo idealismo, deixar para as novas gerações, a admiração pelos seus antepassados, que em efetiva atividade, sempre tiveram por finalidade a honestidade e a moral acima de tudo e de todos.

Continuando na análise de suas falsas manifestações:

Quando da reunião na Secretaria de Planejamento, com o Secretário Vesperto Mendes e Eleutério Dalazan da FAMEPAR, sobre a participação do município de Ponta Grossa nos Planos CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano) e EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) nossa atitude foi única e plausível como representante de Ponta Grossa, no sentido de que, após o exame preliminar do assunto, sugerimos fossem convidados os representantes da ARENA tais como o Presidente do Diretório, o Presidente da Câmara Municipal, o ex-Chefe do Escritório da ARENA, afim de que em conjunto com os representantes do Partido do Governo, viessem tomar conhecimento da iniciativa louvável, e merecedora de nosso apoio.

Assim foi feito, e a Prefeitura ficou com as providências a serem tomadas.

No fim do pronunciamento, o Deputado Nestor Baptista realmente fugiu totalmente da ética parlamentar.

Buscou mentira após mentira, calúnia em cima de calúnia, obscurecer os objetivos honestos e altruístas do PLADEI.

Disse que a aquisição dos imóveis para as empresas não passava pelo crivo do PLADEI.

Afirmamos que a aquisição dos imóveis seguia uma orientação salutar em prol das indústrias. Eram apresentados os imóveis de acordo com as condições técnicas que as instalações da firma exigiam, com a participação presente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, seus membros e membros do PLADEI.

E, quem recebia o impacto e a exigência de oferecer bom preço era o proprietário do imóvel, era do pontagrossense, que fomos realmente apertar para vender o imóvel por preço sempre mais baixo.

Tivemos atritos inúmeras vezes com isso.

Mas, nossa consciência sempre esteve tranqüila, dentro do dever cumprido, em prol do bem atender e bem receber aqueles que vinham colaborar e participar do nosso progresso.

Afirmamos isso com sinceridade que sempre norteou nossos pronunciamentos e nossa vida, e nos é difícil, achar que aqueles que nos ouvem possam duvidar.

Encerramos este pronunciamento, na certeza de ter trazido a resposta devida aos inimigos do povo de Ponta Grossa.

Encerramos esta mensagem na confiança que temos de que os bem intencionados, sempre recebem hoje ou amanhã, a compreensão dos que atende."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — No horário da Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. — (Pausa). — Ausente.

Consultamos à Liderança da ARENA, para indicar um de seus membros para usar o horário destinado. — (Declina).

Concedemos a palavra, ao Sr. Deputado José Tavares, do Movimento Democrático Brasileiro, no horário reservado à Liderança.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

(Lê): "A sociedade brasileira vive em grande intranquilidade. O custo de vida, as condições do trabalho e o salário indig-no aceleram a crise social.

Enquanto isso, o governo está muito preocupado em promover algumas mudanças que não são reformas; algumas reformas que não mudam nada. O governo pretende continuar mantendo uma política econômica antinacional e iníqua, às custas da sociedade brasileira. Mas, na sociedade brasileira nem todos pagam os mesmos preços; os que estão em baixo e vivem do salário, do ordenado, da pensão, da aposentadoria, vivem em miserabilidade crescente.

Os de cima contam seus rendimentos em dólar. Para começar a conversar sobre remuneração, hoje, o cálculo é acima de dois mil dólares. Isto é, Cr\$ 60 mil cruzeiros para começar a conversar sobre trabalho ou emprego.

Os de baixo contam em cruzeiros e perderam a noção do valor real do nosso dinheiro. Por exemplo, nos últimos anos a inflação real esteve muito acima da inflação tabelada pelo Governo; e os salários e ordenados se foram deteriorando. E a cada aumento concedido registra-se um crescimento para baixo.

Agora, o Governo do Paraná concedeu aumento para vigorar a partir de janeiro. Mas, os funcionários já perderam 15% de diferença no ano de 1978; e receberão até 60 por cento em 1980. Contando-se a diferença de 15% já perdidos na enchente e mais os 70% deste ano da graça de 1979, os que vão ganhar 60% já começam perdendo 25% de inflação; fora o custo de vida do miúdo: o aluguel, o transporte, o preço dos gêneros que não entram no cálculo custo de vida.

Enquanto o governo pretende continuar sua festa em Versailles, danaçando a mazorca das multinacionais, a miséria vai corroendo já não só os bóias-frias, os biscateiros, os trabalhadores eventuais, que ficam como reserva da força de trabalho, apanhados a preço vil para qualquer ocupação. Já atingiu os operários e funcionários sem qualificação, subiu para os qualificados na indústria e nos serviços. Agora, aflige a classe média, esmagada pelo custo de vida e pela falta de horizontes.

Enquanto isso o governo dança a sua festa na Ilha Fiscal.

Os otimistas acham que o governo reduzirá a inflação até 60% no ano que vem. Os pessimistas acham que continuaremos subindo até chegar os 100% em breve tempo. Os loucos fazem cartazes, dizendo: trabalhe que você alcança a inflação ali na esquina. Os loucos e os mal-intencionados.

Neste quadro social de avanço da miséria e de festa na Ilha Fiscal, a sociedade toma consciência de que a violência chegou a um ponto intolerável. Já não só a violência política, mas a violência à vida e à propriedade.

Enquanto a violência social contra as classes de baixo estava funcionando sem que a marginalidade reagisse à bala, à faca, pelo menos com números assustadores; tudo estava relativamente bem. Tudo era considerado sob controle.

Porém, a miséria esparramou pelas ruas das grandes e médias cidades, não só o meliante engravatado, o escroque e o especulador; jogou criminosos esfomeados, jogou milhões de

menores abandonados e sem nenhuma esperança de uma vida normal. A lei do cão passou a tomar não só os bairros, mas o centro das cidades — ali onde os urbanistas reservaram áreas especiais para a aristocracia e os gulosos integrantes da classe média superior.

E, de repente, não mais que de repente, gritam os trabalhadores querendo trabalho, estabilidade, salários justos; voltando a gritar porque antes era proibido. E gritam os diletos filhos da classe média por melhores condições de vida; e gritam todos por segurança. Até o governo cria uma comissão nacional para analisar as causas da criminalidade e oferecer sugestões.

A crise social está engurgitada. Agora, as medidas preventivas não são fáceis. As próprias medidas repressivas não são mais tão simples e fáceis. A fossa negra tão cuidada pelos tecnoburocratas do governo explodiu.

Não é preciso criar comissões nacionais. O governo novamente usa a técnica do despiste. Como qualquer culpado, o governo lança pistas falsas e camufla suas pegadas...

O que a opressão e exploração, com relativa liberdade política não conseguiu no passado, o governo do arbítrio conseguiu a curto prazo: a irreversibilidade da violência. A violência social dos marginalizados, uma legítima defesa convenhamos, contra o arrocho, o arbítrio, a exploração, os privilégios. Violência cega; de ódio.

Para conter a criminalidade; para restabelecer o controle da criminalidade, é preciso passar o controle da sociedade à sociedade. É preciso acabar com o arbítrio; restaurar a autodeterminação da sociedade. Acabar com uma casta de dirigentes que se julgam acima da sociedade por outro direito que não sejam os das armas; isto é, da violência política e social.

Terminar com o regime da violência política e social a nível de governo. Ele é mau exemplo para toda a sociedade. Ele é corrupto e iníquo. Em seguida, acabar com o Modelo Econômico Brasileiro: ele é opressivo, explorador, corrupto e iníquo.

Liquidamos o regime político do arbítrio e da violência e seu modelo de desenvolvimento a serviço das multinacionais, da opressão e exploração; e, conseqüentemente, da expulsão do homem do campo, do favelamento das cidades, do abandono de menores. Já teríamos, para começar a convesa, um quadro de uma sociedade livre e democrática.

Claro que, para isso, é preciso acabar com as leis de exceção e promover a restauração das liberdades políticas e sociais, através das liberdades civis e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Mas, não há outro caminho: nem meias-mudanças, nem meias-reformas.

Esta medida racional, para resolver o problema em amplitude e profundidade, no consenso livre da sociedade brasileira.

Enquanto isso, a miséria continuará engrossando a delinquência contra a propriedade; a delinquência contra a vida ficará por conta de todas as classes sociais, ricos ou pobres, dentro de uma sociedade violenta e que abre condições para a impunidade dos ricos e a desgraça do pobre. A delinquência sofisticada da usura, da especulação, do contrabando, da intermediação governamental no favorecimento de empresas, continuará rapidamente concentrando as rendas.

E todos pedem a ação policial sobre o roubo direto contra a propriedade privada. E se reunirão autoridades e especialistas para conter o roubo menor; para conter o revólver e a faca do marginal. Já é o deboche, numa sociedade que se vem caracterizando pelo roubo em todos os níveis. A sociedade brasileira é a sociedade da impunidade dos Lutfallas, da escroqueria nos meios financeiros e oficiais; mas seus tutores querem esmagar, apagar a criminalidade do pobre. Ó furor dos fariseus!

Sem dúvida que é preciso acabar com todos os crimes, sem distinção de classe, raça, credo ou posto. Mas, aqueles que estão exigindo maior violência e repressão policial contra os marginais "pés-de-chinelo" querem continuar com esse modelo econômico do roubo, da extrema opressão e exploração?



Que moral têm os grandes especuladores, exploradores, e beneficiários dessa política e desse regime para falar em nome da sociedade.

Aqueles que sabem a relação existente entre a liberdade política e a justiça social devem reagir contra os dois tipos de criminosos: o grande e o pequeno. E só esses podem ter crédito para encetar uma campanha nacional contra a criminalidade.

Comissão de Alto Nível dentro de um Regime de Alto Nível, dentro de um Modelo Econômico de Alto Nível, dirigidos por grupos de Alto Nível não é solução pra nenhum problema brasileiro. O que se impõe é uma comissão democrática, num regime democrático, dentro de um modelo de desenvolvimento democrático, dirigidos pela sociedade democrática através de seus representantes democráticos, para resolver os problemas da própria sociedade.

Talvez, os delegados e os secretários de segurança possam pensar um pouco em sua função: uma função da e para a sociedade. Não uma função de grupos, de tecnocratas, de uma casta, contra a sociedade. A continuar assim, grupos de profissionais, moradores, cidadãos comuns vão tomar a lei em suas próprias mãos, fazendo regredir o direito e a sociedade aos tempos medievais. Porque encontram estímulo e exemplo na atitude policial que, para atender às exigências do poder pressionado pela população, intervém discricionariamente, arbitrariamente, e prende o cidadão porque é pobre, interroga-o brutalmente porque não tem residência dentro dos padrões do BNH. Porque a polícia não consegue ser racional e técnica em suas investigações; porque tem poucos quadros habilitados; porque tem poucos recursos. E comete tantos erros e crimes quanto os que deseja combater."

O Sr. Deni Schwartz -- Vossa Excelência permite um aparte?  
— (Assentimento)

Vossa Excelência coloca muito bem o problema da insegurança em que vive a sociedade brasileira. Mas na verdade, isto nada mais é, do que os frutos colhidos, após 15 anos de ditadura.

Tenho em mãos, ilustre Deputado, aquilo que eu acredito sejam as raízes da violência que impera na nossa sociedade. Esse jornal de hoje, e todos os jornais do País, divulgam hoje, coisas tão tristes quanto esta: — "pouco talento os anistiados que repetem velhos chavões". Este é o do General Walter Pires, Ministro do Exército.

Um outro alto funcionário da sociedade brasileira, militar, diz o seguinte: — "Como se diz na gíria, as Forças Armadas estão com o Presidente e não abrem".

Está caracterizado a prepotência dos homens que deminam este País. Poucos, é verdade, mas prepotentes. Aonde é que alguém militar pode dizer que estão com o Presidente da República, quando o Presidente é o seu comandante, seja ele quem for. Quem são os militares para darem regras à sociedade brasileira, como está o Sr. Walter Pires, dando, ou como o Sr. Délio Jardim dando; quando um ex-militar, hoje na reserva, do mesmo grupo que está no Poder, Sr. Hugo de Abreu, dá uma declaração, vai preso. Mas, a favor do Governo, pode-se dizer tudo, e ninguém vai preso. Então este militar que usou até da gíria para dizer que "As Forças Armadas estão com o Presidente e não abrem", ele está equivocado. Como bom funcionário ele não pode abrir mesmo. Porque ele é subordinado à autoridade maior desta República, seja ela civil ou, infelizmente, nestes últimos 15 anos, militar. É essa prepotência que levou a essa insegurança da nossa sociedade. Provavelmente amanhã será condenado o ladrão de galinhas. Mas ninguém condenou a Rede Globo, por ter feito um estardalhaço, encima de um marxista brasileiro. Não sei se ele é culpado ou não, a verdade é que havia uma pessoa morta. E ele foi absolvido. Absolvido, será pelo Tribunal Popular, ou será pelas manchetes de jornais que o transformaram no super-homem brasileiro, num flagrante desrespeito à própria lei, que não permite que antes de um julgamento, se

faça tal estardalhaço, se pré-julgue, como se pré-julgou o Brasil inteiro pré-julgando o caso, ainda recentemente julgado. É por isso que há insegurança na sociedade brasileira. Porque os responsáveis continuam dizendo, neste País, em época de abertura, querendo ditar regras aos anistiados, querendo ditar regras a mim, querendo ditar regras ao povo brasileiro.

É por isso que eu o cumprimento e dou aqui, creio, as razões da insegurança da nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Deputado José Tavares, está encerrado o seu horário, ~~ou~~ lhe concedo mais um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte?  
(Assentimento)

Sr. Deputado, serei rápido, apenas para registrar nesta Casa, em nome, não só da nossa bancada, mas de vários companheiros da ARENA, o nosso maior agradecimento ao Prefeito da cidade de Ponta Grossa, que, ontem à noite, recebeu homens da Oposição e da Situação; militares e autoridades do nosso Estado, num encontro que só teve o sabor de confraternização, e, para demonstrar que a administração de Ponta Grossa, hoje, vive um clima de alegria, um clima de esperança e de expectativa de grandes dias futuros.

E, para maior alegria nossa, ainda, podemos acompanhar quase 15 mil pessoas no Estádio de Vila Oficinas, onde se desenrolava uma partida de futebol, aplaudindo de pé, o Prefeito da cidade de Ponta Grossa.

E, para, rapidamente, me incorporar ao seu pronunciamento, devo dizer que os problemas sociais só tendem a se agravar. Um exemplo pequeno, mas que é um exemplo que pode aumentar violentamente, é o que ocorre, hoje, em Curitiba, na chamada "Vila Tatuquara", onde quase 500 pessoas estão ameaçadas de viver na mais absoluta miséria, porque adquiriram terrenos, construíram suas pequenas casas e agora essas 80 famílias, quase 500 pessoas, estão sendo despejadas pelo poder do dinheiro.

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES -- Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência, e concluo, Sr. Presidente.

(Lê): "Os homens honestos e conscientes sabem que é impossível atender às pressões dos fariseus, que desejam segurança numa sociedade insegura. Que desejam segurança, quando eles mesmos criam condições de insegurança.

E o grande problema de hoje é, ou a polícia age estritamente conforme a lei ou concorre na ilegalidade com os marginais. Se alguns policiais desejam correr o risco de agir contra a lei, devem ser tratados como criminosos, embora recebam os aplausos dos fariseus que desejam manipulá-los em seu proveito.

Sabemos que não é fácil agir estritamente dentro da lei. O policial teria que confessar inexistência de meios e instrumentos de trabalho. Não poderia apresentar papeletas de serviço com serviço feito e agradar aos chefes que desejam prestígio e reconhecimento dos chefes políticos.

Porém, é impossível resolver o problema da criminalidade sem fazer uma análise séria da sociedade, das causas da criminalidade, dos meios de ação preventiva e repressiva contra o crime; da ação dos próprios policiais e seu papel na sociedade.

Todavia, o policial terá que escolher entre ser um beleguim que vai espalhando o terror em nome da ordem, ou o agente da lei que vai levando a segurança e a tranquilidade, em nome da lei. Mesmo que ele saiba em que situação estamos vivendo; mesmo que ele conheça a força do arbítrio e os interesses escusos que predominam na direção política da sociedade.

Até que se façam as verdadeiras reformas exigidas pela sociedade temos que viver e conviver com honra e dignidade."

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 61/79), que aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Clevelândia, com interveniência de órgãos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 83/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 93/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraquara, que com a participação da COMEC visa a aplicação de recursos financeiros da referida coordenação, em obras que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 99/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras na sede do referido município, destinadas ao combate da erosão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 100/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Iguaçu, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 101/79), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Altônia, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 104/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 107/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 74/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Campo Largo, visando condicionar diretrizes de trânsito com planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova convênio de cooperação entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Apucarana, objetivando condicionar diretrizes de trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 88/79), que aprova termos aditivos à convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 103/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cianorte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 104/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 110/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/79, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Doutor Cláudio Nunes do Nascimento, MM. Juiz do Tribunal de Alçada. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 157/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Doutor CLÁUDIO

NUNES DO NASCIMENTO, Meretíssimo Juiz do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1.979.

(a) JURANDIR MESSIAS

APOIAMENTO: Erondy Silvério, Pinto Dias, Airton Cordeiro, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, David Federmann, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Brage Côrtes, Palácios, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Túlio Zamboni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valduga, Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Nelton Friedrich, Nilso Sguarezzi, Renato Bernardi, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Waldyr Pugliesi, Renato Bueno, Werner Wanderer e Wilson Fortes.

#### JUSTIFICATIVA:

Natural de Irati, neste Estado, o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento revelou, desde cedo, pendores para as letras e inusitada atração para as ciências jurídicas. Assim pois, considerou-se como chamamento natural a irreprimível vocação do seu ingresso na Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Paraná, pela qual se diplomou, após curso brilhante, havendo sido na época, um dos mais destacados alunos daquela Escola.

Integrou-se mui logo, nos quadros do Poder Judiciário, ao exercer, de 1.951 a 1.952, o cargo de serventuário da Justiça, e de 1.952 a 1.954, Oficial de Justiça da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Capital. Viu-se ainda, em 1.954, na função de Promotor Público Interino, e já no ano seguinte, inscrevia-se provisoriamente como advogado militante na OAB, Seção do Paraná.

Sentiu-se realizado, porém, somente quando a 19 de julho de 1.955, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito Substituto, na Comarca de União da Vitória. Daí por diante, numerosas outras comarcas puderam contar com o seu valioso concurso, dentre as quais, as de Apucarana, Arapongas, Campo Largo, e não tardou que, como Juiz de Direito de Primeira Entrância, fosse servir em São Jerônimo da Serra, e mais tarde, em Bela Vista do Paraíso. Promovido a Juiz de Direito de Segunda Entrância, tivemo-lo como titular das Comarcas de Araruna e Andirá. No primeiro caso, por merecimento, e no segundo, por antigüidade. Vimo-lo guindado, outra vez, por merecimento, do cargo de Juiz de Quarta Entrância, de Andirá, para o de Substituto de Primeira Entrância em Curitiba, e em 1.967, por antigüidade, passou para o de Juiz de Direito da Quinta Vara Cível da Comarca da Capital.

De ascensão em ascensão, a que sempre faz jus por seus dotes intelectuais indiscutíveis, ei-lo em 1970 a ingressar, por merecimento, como Juiz do Tribunal de Alçada, de cujo importante Órgão Judiciário foi Vice-Presidente por vezes inúmeras, assim como Presidente, notabilizando-se aí por seu senso de equilíbrio e alcandorado espírito de justiça.

Autor de obras renomadas como "Execução Forçada" amplamente debatida em seminários nacionais, e "Teoria Geral do Processo", tem sido insistentemente convidado para realizar conferências sobre palpitantes temas jurídicos. A Câmara Municipal de Curitiba e Associação dos Magistrados do Paraná, lhe renderam homenagens pela excelência das obras publicadas. Recebeu os honrosos títulos de Cidadão Honorário do Município de Andirá e de Grande Benemérito da Maço-

naria, concedido este último pela augusta e respeitável Loja Simbólica "Rui Barbosa", de Sertanópolis.

Como representante do Paraná, participou ativamente do Simpósio de Processo Civil, promovido pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil da nossa Universidade Federal; foi Patrono em 1.975, da Turma de Direito da Faculdade de Direito de Curitiba, e em 1.975, foi Patrono dos Espadins, da Academia Policial Militar do Guatupê.

Além do mais, é professor de Teoria Geral do Processo, na Faculdade de Direito de Curitiba, e, nesta, assim como na Faculdade de Direito da PUC, é também professor de Direito Processual Civil.

Por tratar-se de figura tão eminente, que ilustra e enaltece a Magistratura e as letras jurídicas de nosso Estado, nada mais justo que a concessão do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Cláudio Nunes do Nascimento.

Finalmente, pelo Decreto Governamental n.º 6421, de 12 de março de 1.979, publicado no Diário Oficial 505, de 13 de março de 1.979, foi o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 157/79

O título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, com que se pretende agraciar o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento, se ajusta e corresponde aos méritos e às credenciais arroladas na justificativa da proposição em exame, caracterizando como merecida a homenagem que se prestará a esse ilustre paranaense.

O projeto de lei, contudo, abriga um engano que torna obrigatória alteração reparadora: o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento já não é apenas Juiz do Tribunal de Alçada, pois ilustra com sua presença, nos dias atuais, o Tribunal de Justiça do Estado, como um de seus mais ilustres e destacados desembargadores.

O projeto merece nosso parecer FAVORÁVEL, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL junto.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 157/79

Art. 1.º — Fica concedido o título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ ao Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1979.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 111/79), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Boa, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 119/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Fernando Furlan. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, com o apoio do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Fernando Zeni. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com o apoio do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domiciano Theobaldo Bresolin, ocorrido em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Facin, Vereador da Câmara Municipal de Presidente Castello Branco. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente, contendo voto de desagravo contra o procedimento do Vereador Severino Sacomori, injuriando, com insinuações que não se alicerça na verdade, um Sr. Deputado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando agilização da construção da rodovia que liga Vera Cruz do Oeste a Santa Helena. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a designação de um médico para atendimento em tempo integral no Posto de Saúde, de Laranjeiras de Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "Somos Pobres num Rico Estado Agrícola", publicado pelo jornal "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. (O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária, com a conseqüente criação do Distrito Judiciário de São José, no Município e Comarca de Santa Helena. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a criação e instalação de uma Escola Agrícola no Município de Santa Izabel D'Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, no sentido de que os membros da mesma visitem os municípios do Estado, que terão áreas inundadas pela represa da Hidrelétrica de Itaipu. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Para discutir, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
Depois de um longo período em que não se falou mais em Itaipu, gostaria de parabenizar o Deputado autor deste requerimento, Deputado Nelson Friedrich, pela sua iniciativa e para colaborar e reforçar a necessidade de que estes parlamentares, tanto desta Casa como do Congresso Nacional se interessem

pelo assunto, gostaria de discorrer aqui a respeito de uma série de injustiças que continuam acontecendo naquela área a ser inundada pela represa de Itaipu.

(Lê): "Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo, parece estar deixando de lado os propósitos humanos relativos às indenizações de áreas de terra de pequenos agricultores e humildes brasileiros, que na maioria dos casos se vêem injustiçados e obrigados inclusive a migrar para terras de além fronteiras, principalmente para o Paraguai, onde também são injustiçados e submetidos a uma série de contra-tempos conforme estudos do Departamento de Migrações da Igreja.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as dimensões gigantescas da obra correspondem ao intenso trabalho social que ali se desenvolve. Itaipu é muito mais que uma pedra — diz o livreto ilustrativo e demonstrativo da realização da obra — muito mais que cimento ou ferro. Itaipu é uma obra feita por homens e para homens.

Não discordamos em hipótese alguma neste aspecto. Mas há outro aspecto e que também nele estão envolvidos homens-famílias — e estes estão sendo prejudicados em relação ao sistema indenizatório que está sendo realizado pela alta direção da grandiosa obra.

Este problema mereceu por parte deste Deputado, vários pronunciamentos reclamando e solicitando que a direção de Itaipu, olhasse um pouco mais com espírito humano para os trabalhadores do campo — das áreas que estão sendo desapropriadas e, principalmente pela elevação do pagamento dessas mesmas áreas, pois esses soldados rurais, na maioria dos casos, estão sendo obrigados a evadir-se do torrão brasileiro, em busca de terras em outras partes — em áreas fronteiriças com outros países.

Várias reivindicações foram feitas neste sentido, por nós e por outros nobres pares desta Casa.

Várias foram as solicitações feitas, pedindo informações, reclamando sobre este aspecto que entendemos também, ser de interesse e de solução dentro do quadro social e acima de tudo humano.

Vários foram os requerimentos apresentados por este parlamentar à direção da Itaipu, solicitando que este lado, de todo este gigante trabalho, não fosse marginalizado.

Cerca de dois mil trabalhadores rurais — dois mil lavradores humildes e ansiosos por um dia melhor — estiveram reunidos em Assembléia Popular em Santa Helena - PR, reivindicando uma solução para este problema que lhes afetavam diretamente. Lá estiveram solicitando o reassentamento em terras aqui no Paraná. Solicitaram na época, o estabelecimento pela Itaipu, de um preço básico desapropriatório — valor da terra nua — de cem mil cruzeiros para qualquer tipo de terra, tendo-se por base o mês de janeiro de 1979, e com reajuste mensal, de acordo com as variações das O.R.T.N. - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Outra reivindicação que mereceu nosso apoio — o apoio dos companheiros que lá compareceram — que o INCRA procedesse a imediata regularização das terras ocupadas por posseiros, para que recebessem 100% de seu valor. Que fosse conferida indenização justa também aos parceiros e arrendatários que têm contratos em vigor — escritos ou verbais — com conseqüente renovação automática dos aludidos contratos, até a data prevista para o alagamento das terras. Que as hipotecas das dívidas fossem transferidas para outros imóveis que viessem a ser adquiridos, a fim de que o agricultor recebesse o total da indenização, para que desta maneira, pudessem obter facilidades para sua fixação em novas áreas de terras.

Portanto, não é de hoje que o problema vem sendo transformado num pesadelo e numa insatisfação para muitos dos pequenos agricultores atingidos.

O agravante nesta situação, nos dias de hoje, passa também a ser, a sistemática usada no que diz respeito a certas pro-

postas de indenização dessas áreas.

Enquanto que algumas reivindicações eram atendidas, outras tantas de maior urgência e importância, não foram levadas em consideração. Itaipu, em momento algum, reconheceu atos de injustiça nas indenizações. Muito pelo contrário, ostentava e ostenta até nossos dias, uma propaganda em rádios, jornais, revistas e TV, caracterizada de ufanismo e megalomania. E assim se procurou abafar a voz do agricultor que clamava e clama, por um tratamento mais justo. E diante deste gigante, tudo e todos se calaram, silenciou-se inclusive, por estranho que pareça a Comissão Pastoral da Terra e a própria Assembléia Legislativa do Estado, enquanto a espoliação continua e ainda continua até nossos dias.

Acontece que a Itaipu opera seus calculos em bases não compreensíveis, sem clareza nos critérios de avaliação. Aproximase já a data prevista para a inundação e vários posseiros continuam aguardando uma solução, continuam sem títulos. Outros tantos, enquanto aguardam a morosa indenização, com preços congelados desde janeiro, vêm a terra valorizando em outras áreas e a chance de se fixarem nelas diminuem dia a dia, aumentando assim o desespero e a impaciência nas vítimas do progresso trazido por Itaipu.

Os preços pagos por alqueire de terra nua, atingem apenas a casa dos oitenta mil cruzeiros e não a média propalada por Itaipu. Com benfeitorias, a média por alqueire não atinge a casa dos cento e oito mil cruzeiros. Através de propaganda excessiva, Itaipu tem afirmado em outras regiões, que estaria pagando até cento e vinte mil cruzeiros o alqueire. Isto provocou uma ligeira alteração nos preços das terras naquelas áreas, naquelas regiões. Dificultando ainda mais a aquisição por parte dos indenizados.

Conforme depoimento de um agricultor, o Sr. Lefler, que também depôs aqui na CPI, ou aqui na Comissão de Terras desta Casa, e que acompanhou uma comitiva de agricultores que veio a convite da Prefeitura Municipal de Palmas, para ver uma área de terras, naquele município, neste fato foi verificado "in loco" as afirmações contraditórias de Itaipu. Outro agricultor constatou o mesmo problema, quando esteve na SINOP, em Mato Grosso. Nessas áreas se fazia propaganda de que se estaria pagando um preço exorbitante. E o agricultor, quando vinha para comprar, se lhe jogava na cara que ele poderia pagar mais pelo pedaço de terra, porque recebia mais de Itaipu. E se constatavam as mentiras, as inverdades, e se constatavam a dificuldade do agricultor adquirir esta terra.

As árvores frutíferas foram indenizadas, as existentes em determinada área, a um determinado preço, ou seja, 100 cruzeiros por unidade. E lembrem-se aqui que qualquer muda de árvore frutífera está sendo comercializada ao preço de 60 a 70 cruzeiros.

Em várias localidades, as propostas de indenização de Itaipu são feitas em anotações utilizando-se papel de embrulho, onde não existem maiores esclarecimentos ou detalhes que propiciem ao agricultor condições para estudá-las e apresentar uma contra-proposta. Não se esclarece os critérios usados nas avaliações. São pedaços de papéis apenas que me foram exibidos quando estive na região, onde vinha a proposta de Itaipu. Lembro-me de um, que era nada mais do que um papel de embrulho de um pacote de cigarro. Ameaça os interessados em estudar melhor as propostas com a possibilidade de serem indenizados somente no fim, como último. E só mediante a afirmativa coativa trazem então ao agricultor, o contrato já pronto para que este assine. Enquanto isto, Itaipu, pedra que encanta e se auto-glorifica em propagar na rádio, na televisão, que até o momento não há nenhum caso de insatisfação, por não haver ocorrido, nenhuma questão judicial contra ela. Pergunto aos Srs. Parlamentares que são advogados aqui presentes: — É possível alguém entrar numa ação judicial contra Itaipu, num cálculo rabiscado em cima de um papel de embrulho?

Não seria o caso desses agricultores, para poder levantar um processo judicial, esperar que a indenização seja feita de forma coativa e também judicial? Concedo o aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Caro Deputado Gernote Kirinus.

Há dias atrás, esta Assembléia foi palco de acirrados debates, com referência à construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Posteriormente, tivemos a oportunidade de, parlamentares do meu Partido e do meu Partido, comparecermos ao canteiro de obras onde edifica-se Itaipu. E tivemos a oportunidade de ouvir as palavras do Presidente de Itaipu, General Costa Cavalcanti, que nos levou também a conhecer o andamento da construção, e, retornando ao centro administrativo daquela obra, tivemos também a oportunidade de um debate com Sua Excelência o Presidente de Itaipu.

Todos nós atentamente estávamos em defesa da população que sofre na área, e todos nós, meu caro Deputado, tivemos e assistimos que a documentação daquela obra é eficiente, porque uma empresa que é construída sob o patrocínio de duas Nações, jamais poderia ser documentada em papel de embrulhos. Tirava o respeito de duas grandes Nações, como as nossas, que constroem Itaipu.

E eu, só vindo para crer, que alguém recebeu proposta de indenização em papel de embrulhos, escrito em cima das pernas...

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — ... todos, nobre Deputado.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Eu quero ver, com todo o respeito e amizade que tenho por Vossa Excelência, poço, para que no futuro, possa apoiar as suas palavras.

Há poucos dias atrás, Itaipu dava um aumento na cifra de 40% sobre as terras a serem indenizadas, terras que, logicamente são definidas: as de melhor produtividade, as terras quebradas, as terras em produção e as terras a serem desmatadas.

Todas elas, com seu devido valor, com uma Comissão altamente técnica, que está avaliando as terras, e me ponho, aqui, neste momento, como defensor daqueles que receberam sua indenização, que estão no Município de Laranjeiras do Sul, estão no Mato Grosso e que, com o dinheiro recebido da indenização de Itaipu, compraram maior quantidade de terras das que tinham, e sobrou, ainda, dinheiro para aplicação em outros setores.

Estes mesmos desapropriados, estão rumando para outras partes da nossa Nação, e até mesmo do nosso Estado, que estão despovoadas, que estão necessitando de realizar, também, o progresso, porque toda Nação precisa que tenha gente, brasileiros horados e honestos como aqueles do Oeste paranaense, da nossa área, que estão sendo convocados para progredir em outras regiões mais necessitadas de pessoas.

Eu ouço sempre Vossa Excelência, que nos dá o prazer de nos trazer páginas históricas e belos discursos nesta Casa de Leis, sempre respaldados tecnicamente, no respeito e na administração dos debates que sempre tivemos nesta Casa.

A Itaipu Binacional, naquela ocasião, ofereceu a todos os Parlamentares que não tiveram a oportunidade naquele momento, ao debate porque o tempo era curto, que enviassem as suas propostas por escrito e que enviassem também, sugestões por escrito. Eu pergunto, eu indago de Vossa Excelência, se, alguma sugestão Vossa Excelência enviou, para ser estudada pela Binacional Itaipu? Garanto a Vossa Excelência que, se alguém sugerir, receberá sua resposta. Aí sim, nós estaremos no direito, como representantes do povo, de debatermos, a alto nível, a construção da Hidrelétrica de Itaipu que, se prejuízos trouxe, também trouxe progressos, porque, a nossa terra oestina não valia mais do que 30 mil cruzeiros o alqueire de terra, hoje, temos alqueires sendo vendidos a 150, 130 e 140 mil cruzeiros, reservando-se as benfeitorias.

Era este o meu aparte e, ocasionalmente, dentro do respeito mútuo, voltaremos a debater, meu caro Deputado. E digo mais:

vou votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Nelson Friedrich, porque nele não vejo erro algum, a não ser benefícios, em trazer Parlamentares do Congresso Nacional da Comissão de Agricultura, para verificar "in loco", como também a Comissão de Agricultura desta Casa poderia acompanhar e ver o trabalho que está sendo realizado na nossa região, sua, e minha.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, responderei o seu aparte em partes, porque foi bastante extenso.

Inicialmente, gostaria de dizer que Sua Excelência é testemunha de que este Parlamentar enviou vários requerimentos e sugestões, no sentido, inclusive, de atender comunidades que se viam quase que cercadas pelas águas de Itaipu, e não teriam condições de sobreviverem como patrimônios, e principalmente, a classe de comerciantes e outras atividades ignoradas nesses patrimônios.

O que nós recebemos e como havei de considerar posteriormente também, foram meras evasivas como respostas, e tenho as respostas inclusive, em meu poder, portanto, não é que nós não tenhamos nos interessado em enviar sugestões, solicitações. Este Parlamentar também enviou, a Itaipu, vários agricultores posseiros, que se viram enviados, por sua vez, ao ITC e, do ITC, foram enviados ao INCRA, do INCRA, de volta ao ITC, do ITC, de volta a Itaipu, de Itaipu vieram novamente procurar-me nesta Casa de Leis, e não encontraram até hoje, uma solução. É o caso dos pousos frios que inclusive tive a oportunidade de, daqui, também, levantar os problemas referentes e também, enviar requerimentos pedindo que se solucionassem os problemas.

Portanto, não acredito que tenha passado despercebido ao nobre Parlamentar, de que não tenha havido sugestões ou, inclusive, envio de reclamações de problemas, para a Binacional Itaipu. O que não houve, isto sim, foi respostas concretas, soluções, respostas que satisfizessem como forma de soluções. Isto, não houve por parte de Itaipu. Por outro lado, quanto à nossa ida a Itaipu, a convite de Itaipu, me limito apenas a ler, aqui, um pedacinho, um trecho de uma observação feita num boletim dos lavradores da região, que diz o seguinte:

"Os Deputados Estaduais quiseram saber quem estava com a verdade, a Itaipu, ou o colono, que está recebendo 50, 60 mil e exige 120 mil pela terra nua. Mas estiveram em Foz do Iguaçu, visitaram só a Itaipu e nenhuma casa de colono foi visitada. E parece que deram razão a Itaipu, esquecendo o povo. É claro, que Itaipu pagou hotel, avião etc., para todos."

Eis a opinião pública, pelo menos, de um grande segmento de agricultores conscientes, que em seu boletim faz essa observação.

Esse parlamentar inclusive se revoltou contra essa observação e que consta, inclusive, em carta, dizendo que eles estariam, talvez criticando com certa parcialidade certos Deputados, que havia Deputados de ambos os partidos, interessados na solução dos problemas.

No entanto, acredito de que, inclusive se estou amprado ou não, em documentos, para poder fazer a crítica, ou para levantar essa questão, devo dizer que um grupo de agricultores, indenizados onde era minha Paróquia, Entre Rios, na linha São Francisco, são dez agricultores indenizados.

Enviaram-me uma carta pedindo que fizesse essa observação no Plenário, porque não foram atingidos com o preço que é prometido por Itaipu, mas me pediram encarecidamente que o fizesse somente nesta semana, porque na segunda-feira dessa semana eles iriam receber a indenização de Itaipu.

Temiam eles, e talvez com experiência de outros agricultores, de que um pronunciamento meu aqui poderia prejudicá-los e eles poderiam ficar esperando a indenização por último e já tinham negócios tratados em outras áreas.

Realmente também conheço, respondendo ainda, vários agricultores, ou melhor dito, até fazendeiros, que conseguiram se instalar, aliás, que já tinham, inclusive, terras em Mato

Grosso, que já tinham propriedades em Laranjeiras, que já tinham propriedades outras e que a indenização de Itaipu realmente veio em boa época, em época de frustração de safra, em época de uma série de prejuízos que tinham e que puderam, com esse dinheiro, mostrar-se satisfeitos, e continuar a sua obra, continuar a sua agricultura, seu trabalho em outras áreas, que já possuíam.

Muitos compraram maior quantidade de terra do que foram indenizados, não resta dúvida. No entanto, diga-se de passagem, que a qualidade de terra também deve ser observada.

O que se produz em cinco alqueires naquela região fertilíssima, não se produz, talvez, em trinta alqueires, em outras regiões do nosso País.

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Ilustre Deputado, ao encaminharmos essa solicitação de, à Câmara Federal, através da Comissão de Agricultura, que vem desenvolvendo um trabalho extraordinário, sob a direção do ex-Deputado Estadual, e hoje Deputado Federal Nivaldo Krieger, paranaense como todos nós, de significativa consequência no meio parlamentar, foi extamente porque, por seguidas vezes, como no momento, o desânimo tem atingido muitos de nós.

O desânimo diante da realidade nacional, da impotência do Legislativo, do desequilíbrio da ação parlamentar e do atrofiamento em que foi colocada a classe política nos últimos tempos.

Mas, se faço esse aparte, ilustre Deputado, é para exaltar também a seriedade das colocações que Vossa Excelência vem fazer nesta tarde, por certo colocações que não mereceriam o vazio desse Plenário, como vazias são as respostas que temos recebido da Binacional Itaipu, mas digo, para a justiça e para o que é justo, não há necessidade de sugestão e tão somente os agricultores da nossa região querem o que a Constituição brasileira dispõe, clara e objetivamente, que é a prévia e justa indenização em qualquer caso das diversas indenizações possíveis pelo Poder Público. Mas ilustre Deputado, me reporto ainda à visita dos Deputados a Itaipu. Reporto-me porque na ocasião falei a imprensa e por isso aqui posso repetir, que efetivamente foi uma visita superficial. Tão superficial que pretendendo dialogar com operários da própria obra, esse diálogo foi considerado inviável por falta de tempo.

Tentando, na hora de se questionar o ilustre General Costa Cavalcanti, e sempre há um General na direção de tudo no Brasil, sobre o problema Itaipu, nós que tínhamos quatro indagações que considerávamos das mais sérias e que até motivaram ainda mais a nossa ida, tão somente a primeira foi respondida e em seguida a nossa palavra foi efetivamente casada.

Agora, ilustre Deputado, é preciso mais do que nunca também dizer que vários Deputados do M.D.B. que foram até Itaipu, na sexta-feira à noite, também se dirigiram a Medianeira e numa reunião, dialogaram com agricultores. Não fomos só fazer turismo, e receber o convite e atendendo a esse convite fazer uma visita oficial. Também nos deslocamos, vários Deputados a Medianeira, quando numa reunião a partir das seis horas da tarde, e alongada até às nove e trinta horas da noite, tivemos um amplo e profícuo diálogo com agricultores e em grande maioria que serão atingidos por Itaipu.

Aproveitamos a carona de Itaipu, mas fomos também falar com agricultores e isso nos credencia ainda mais a poder vir aqui e dizer o que temos dito aqui ou na imprensa.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Foi essa a atitude nossa que demonstrei aos autores do boletim, dos agricultores, dizendo que nós não fomos unicamente visitar Itaipu e as suas composições, mas que estivemos com agricultores.

O Sr. Nelson Friedrich — E concluo esse aparte, Deputado Gernote Kirinus, que mais do que nunca é preciso reconhecer que hoje nós vemos tratando do assunto dos agricultores



que vão ter áreas indenizadas por Itaipu, muitos são os que surgem para defendê-los. Até Prefeituras, cooperativas e sindicatos permaneceram omissos desde o início. Quando o movimento popular já se afirmava, quando a Pastoral da Terra e a Comissão de Justiça e Paz desenvolviam trabalhos sérios na área, é que apareceram alguns sindicatos, Federação de Agricultura do Paraná, e outros órgãos para então atrelar-se a esse movimento que já ia e ia bem.

Se estou colocando isso Deputado, é para que se sinta mais do que nunca de que efetivamente há uma preocupação neste País e a prova está aí, de grandes obras, de grandes imagens, de grandes repercussões. Mas nunca se indaga o custo social de tudo isto. Se em princípio nós precisamos como necessitamos de energia, ampla e barata, também não é possível que nós deixemos 100 mil alqueires de terra, das melhores terras do mundo, oito mil famílias, deixemos sem a justiça efetivamente posta a disposição destes agricultores.

E mais do que nunca, dada até a impotência dos trabalhos que temos desenvolvido, é que nós fizemos esta conclamação, para que os parlamentares mais próximos do Governo Federal, que a Câmara Federal se conscientize da gravidade do problema. E ilustre Deputado, realmente é de estranhar, é triste constatar que se fazem propostas em cima de papel de embrulho. Porque tive oportunidade de também ver estas propostas, como tivemos oportunidade de ouvir histórias angustiantes relacionadas àqueles que vão ter que abandonar as suas terras.

Por isso, de tudo o que se diz de Itaipu a respeito de indenizações, nada absolutamente nada precisaria, se ela tivesse ao menos uma palavra intrínseca nas suas ações, a palavra justiça.

Porque para constituir a Binacional, para constituir o capital de cem milhões de cruzeiros, o capital inicial daquela organização, o Brasil teve que emprestar cinquenta milhões para o país paraguaio, porque nem esta verba não dispunha para integralizar o capital para surgir a binacional.

Mas para indenizar adequadamente os nossos agricultores, até agora o preço tem sido aquém do verdadeiro e injusto. Como é injusta a maneira como são tratados os assuntos relacionados ao trabalhador, ao agricultor, ao pequeno proprietário, àqueles que vão ser indenizados; que estão à mercê da ganância das brasnótis da vida, que estão lá explorando, se aproveitando desta insegurança, desta intranquilidade dos que vão ser indenizados e jogando num Mato Grosso e Amazonas legal, cujas conseqüências não sabemos quais são. Inclusive muitos já lá, repetindo os desastres ecológicos que se praticaram na nossa região e que hoje estamos vendo os tristes resultados.

É a omissão oficial, a omissão governamental, a omissão em tudo da necessária justiça e é por isto que nós haveremos hoje, amanhã e sempre, brigar e levantar as nossas vozes, mesmo num plenário vazio, mesmo num Parlamento atrofiado, mas acima de tudo tendo a certeza que mais cedo ou mais tarde, quer queiram ou não as autoridades do Regime, o Governo e seus sustentáculos, o povo fará justiça neste País.

Muito obrigado.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Logo em seguida, ao responder ao aparte do nobre Deputado Nelson.

Nobre Deputado Nelson Friedrich, vizinho, colega, de muitos anos e de muitas atividades, conhece profundamente o drama que vive aquelas famílias, agradeço, sinceramente. Sabia desde o momento que Sua Excelência formalizou o requerimento de que por trás tinha esta profunda preocupação humanista em atender os agricultores que agora já sem voz, de tanto clamar, enrouquecidos pela FETAEP, que nada mais fez do que declarar no jornal de que tudo estava resolvido. E que os casos à parte seriam tratados diretamente com

Itaipu. Dissolvendo, desta forma, a grande arma de luta que tinha este povo em prol dos seus direitos e defesa de seus direitos, que eram as assembléias populares, à qual a própria Itaipu, o próprio General Costa Cavalcanti temeu, porque não compareceu no dia 7 de fevereiro, ou de abril, se não me engano, a esta grande concentração popular.

Teme-se neste País, quando o povo se organiza e se acelera e se adianta rapidamente, para desfazer a organização, porque seria somente através da organização que se poderia alcançar os direitos.

Hoje isolados, hoje divididos, hoje esparsos, desgarrados, como ovelhas sem pastor, estão eles já enrouquecidos de tanto clamar por justiça, cansados, desanimados, como bem disse Vossa Excelência, e desesperançados, querem nada mais, o mais urgente possível, receberem, ainda que com injustiça, a indenização e colocar-se rapidamente a caminho na busca de novas fronteiras, de novo espaço, de novo lugar ao sol neste País gigante e quando não encontram, vão a outro País, ao País vizinho, o Paraguai.

Sua Excelência muito bem frisou e colocou a situação. Para construir a enormidade, o gigantismo que é a Itaipu, existem dinheiro e financiamentos aforenhos, no entanto, para cometer justiça, indenizar os agricultores, não existe este dinheiro disponível.

Dizia o Bispo de Foz do Iguaçu — e com isto concluo a resposta que dou ao seu aparte; na ocasião da assembléia, de que os agricultores reclamam porque tem direito a reclamar por algo muito justo. São justas as reivindicações dos agricultores, porque se gasta, naquela época, oito bilhões num só ano para construir, para levar adiante a obra, poderiam gastar um pouco mais para indenizar e atender uma causa fundamentalmente humana.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Com todo o respeito e admiração que dedico ao Deputado Nelson Friedrich, me acho no direito e até peço permissão para responder, em parte, suas brilhantes palavras.

Falou-se que 100 mil alqueires serão inundados e que passarão a ser improdutivos na nossa Nação brasileira. Nação esta que reclama por mais alimentos. Nação que reclama por uma melhor posição social de seu povo. Nação que reclama em todos os sentidos e por tudo. Haveremos também de reconhecer de que nem só de pão vive o homem. E esta Nação brasileira reclama por energia elétrica. E estes 100 mil alqueires que deixarão de produzir alimentos, irão produzir energia elétrica para um melhor conforto da população brasileira; para um melhor desenvolvimento do setor industrial da nossa terra. Que é carente e necessitado de energia elétrica. Que até mesmo vem nos tirar do sufoco de tanta necessidade de petróleo. Porque a energia em parte substitui este petróleo que tanto inflaciona a nossa Nação. Mas criticar é bonito. Falou-se que em tudo neste País que é grande, existe um General à testa. Mas este General, após deixar a sua farda, ele passou por um estágio da vida civil; foi deputado federal, eleito pelo povo como nós todos aqui. Este mesmo General, pela sua capacidade demonstrada no Congresso Nacional, foi convidado e realizou um grande trabalho como Ministro do Interior; este mesmo General, por ter desempenhado um grande trabalho neste Ministério, assumiu também o Ministério das Minas e Energia deste País, num estágio profundamente benéfico, em benefício da nossa Nação e do nosso Povo.

Falou-se também de que o povo reclama porque recebem as suas propostas em papel de embrulho. E continuo desacreditando, continuo pedindo provas, porque esta obra não é uma obra de molecagem; é uma obra do desenvolvimento da nossa Nação. E pergunto e os descontentes porque não entraram em Juízo? Porque no "Forum de Foz do Iguaçu, Comarca que

edifica a obra, não tem apenas uma reclamação judicial? Está sendo feito através do diálogo, entre ambas as partes.

Procuraram-me também, e continuam procurando. E a semana passada estive em Foz do Iguaçu, realizando uma reunião com grande número de pessoas que estão encima das terras, que não são consideradas como suas, mas que também serão desapropriados. Mas procurei antes de criticar, levar o Instituto, o INCRA, para Foz do Iguaçu, para que dialogasse com o povo e visse a necessidade da escrituração da sua terra, para poder ter mais direito ou eficácia, para debater e reclamar o que é seu. É neste sentido que estou defendendo o meu povo. Porque muito belo é se pronunciar palavras bonitas, que acabam morrendo no espaço. Mas os escritos permanecem e nós estamos escrevendo, lutando em benefício do nosso povo. E não tenho nenhum ressentimento de defender esta obra, que se constrói. O que não posso fazer, é apenas criticar na tentativa de destruir o que se constrói e o que se está edificando em benefício do progresso de toda a Nação brasileira e da Nação paraguaia, que será também uma grande beneficiária, Nação esta amiga, que acolhe tantos brasileiros lá em suas terras, para também produzir em benefício do mundo. Era este o meu aparte. É esta a minha consideração, dentro do maior clima de respeito, mas de um clima que cobra, que pede, que implora por provas de "papéis de embrulhos escritos em cima das pernas", porque não acredito, não acredito e tenho certeza absoluta, que se alguém tem esses papéis, foram eles mesmos que escreveram, quando receberam as suas respostas de que os valores seriam estes, e mesmo posso anotar o que tenho direito, sem pedir, o que juridicamente está escrito dentro de um departamento jurídico, de altas capacidades que lá tem, que não poderão, jamais, caírem no ridículo. Porque isto é ridículo em detrimento a uma organização binacional, uma organização que cresce e que vai gerar energia, meu caro Deputado, para Sua Excelência e para seus filhos também.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado Tércio Albuquerque, nós afinamos em alguns aspectos.

Realmente o País necessita de energia. Não estamos discordes neste aspecto. Tampouco desacreditamos que Itaipu não seja uma obra muito bem planejada, talvez até mais bem planejada do que nossa imaginação possa alcançar, principalmente quando se refere aos aspectos hegemônicos.

Além disso, não acredito, por outro lado, que essa gente simples, humilde, que conheço já há muitos anos, pelas lides pastorais, de tratamento quase que num convívio constante, tenham tido tanta malícia de inventar os cálculos oferecidos pela ITAIPU.

Mas, tenho visto, e basta e isto é exatamente o que o Deputado Nelson Friedrich pede em seu requerimento — basta nós irmos até lá e verificarmos.

Acredito, inclusive, que não tenha nem a necessidade moral de trazer aqui o que tenho no gabinete, para expor e exibir aqui. Eu gostaria que cada Deputado fosse e constataste "in loco" e é para isso que o Deputado Nelson pede.

No entanto, não sei, não entendo muito de questões judiciais e processos de justiça. Felizmente não os precisei até o momento. Mas, acredito que, em cima de um papel desses não se pode fazer nada na justiça; não se pode entrar com um processo contra Itaipu porque esse papel não leva assinatura, não leva nada. E, inclusive, depois do contrato assinado — que aí, sim, vem o papel oficial, aí acho que também não há mais possibilidade de entrar na justiça.

Além disso, nós temos também que contar com a morosidade da própria justiça em tratar desse aspecto, e o nosso agricultor, principalmente o de índole européia, tem muito medo de justiça, de advogado, de juiz, da própria polícia. Deixa-se intimidar facilmente.

Para eles, dizer que vai demorar dois anos, ou que vai dis-

cutir na justiça depois que as terras estejam já debaixo d'água, eles jamais haverão de recorrer aos meios judiciais, preferindo receber o pouco do que entrar nesse aspecto, na justiça.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — O nobre Deputado Nelson Friedrich pediu antes.

O Sr. Tércio Albuquerque — Apenas para uma indagação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — O nobre Deputado Nelson Friedrich, está com a palavra.

O Sr. Nelson Friedrich — Eu gostaria de ouvir a indagação, pode ser que até poderia contribuir para melhor respondê-la.

O Sr. Tércio Albuquerque — Muito obrigado, caro Deputado, com a permissão do Deputado Gernote Kirinus.

É apenas para indagar de Vossas Excelências, que afirmam de que Itaipu está propondo, através de "papel de embrulhos". Gostaria que Vossas Excelências me respondessem: se nesses papéis de embrulho, que constam propostas, se são assinadas por Itaipu? Eu desafio.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Exatamente é esse o agravante.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O que ocorre, e talvez este seja o esclarecimento definitivo, é que os prepostos da Binacional passam nas residências dos agricultores, colocando-os a par de que sua área será indenizada e, em seguida fazem um cálculo, uma projeção num papel qualquer que possuem, dizendo que pagar-se-á tanto de indenização de terras, tanto de benfeitorias, etc., etc., e que passarão uma semana, dez, quinze dias depois, para ver se aquilo será aceito. Então, esta é a proposta efetiva. E efetivamente tais propostas são feitas em papéis simplórios, sem timbre, sem outras conseqüências, porque inclusive são feitas pelos prepostos da Binacional, nos escritórios diversos existentes nos distritos com o Distrito de São Miguel do Iguaçu e Taquará, Distrito de Rondon etc.

E aproveito mais este instante, Deputado, e tão somente para não me estender e para que Vossa Excelência conclua esta brilhante colocação que vem fazendo, dizendo que o que chama a atenção é que, no total, são aproximadamente — se não me falha a memória — 2.500 proprietários considerados posseiros, com problemas de definição dominial, que não possuem, portanto, escritura definitiva. Isto me deixa perplexo, eis que, ao mesmo tempo em que se apela para a lei, para a justiça, para o direito dizendo que estes terão o recebimento adequado, no momento em que tiverem a documentação definitiva e portanto teremos que chamar o INCRA, deveremos chamar o ITC, deveremos chamar não sei mais quem, a Itaipu exige, portanto, alegando a lei, o direito, a justiça, que haja documentação legal! Mas ao mesmo tempo ela pisa em cima do direito, da lei, da justiça, que manda pagar, pela Constituição brasileira, uma indenização prévia e justa, com correção monetária.

É o texto da Lei, é o texto da Constituição! Para o agricultor, é necessário ter escritura, documento, a lei, a justiça e o direito, para poder ser bem indenizado segundo a Itaipu. Mas, para indenizar no todo, aí a justiça, a lei, o direito, são secundários.

O SR. GERNOTE KIRINUS — O nobre Deputado lembra a frase do Senador Paulo Brossard? "Todos são iguais perante a lei, portanto, uns são mais iguais que os outros".

Continuarei; aliás, até já estou me tornando prolixo, no entanto teria aqui várias colocações a serem feitas, que demonstram a total falta de critérios adotada por Itaipu.

Vou limitar-me apenas, a uma indenização que atinge a casa dos Cr\$ 491.000,00, de uma área localizada ao lado de uma outra que atinge Cr\$ 580.000,00, com 55.000 m<sup>2</sup> cerca de cinco hectares, obteve a seguinte avaliação: Cr\$ 185.651,00. Nesta área de terras, existem somente doze árvores frutíferas

espalhadas ao longo da barranca do Rio São Francisco, sem possibilidades de um aproveitamento total — são as assim chamadas laranjas Apipu, que crescem naturalmente, são árvores frutíferas muitas vezes não cultivadas, que merecem uma indenização proporcionalmente maior do que numa outra área onde existe, realmente, fruteiras cultivadas.

Eis, portanto, um flagrante que poderia ser demonstrado, na simples comparação de duas indenizações feitas, da falta de critério, ou, mesmo, um flagrante de um critério dúbio das indenizações.

Aqui o valor da terra nua por alqueire chegou à casa dos Cr\$ 81.000,00, e o valor indenizatório da terra, por alqueire com benfeitorias, Cr\$ 81.356,18.

Uma avaliação indenizatória, portanto, injusta e até certo ponto discriminatória, sem critério e um tanto absurda. Quanto menor a propriedade, tanto menor o valor proposto. Ora, são exatamente esses pequenos que deveriam ser amparados por uma indenização maior e mais justa, porque eles é que encontram dificuldade de reassentamento, mas são os mais castigados, nos casos que nós examinamos e comparamos.

E adiante dessa injustiça cometida aqui e ali, que os agricultores chegam a revoltar-se, a bradar mais uma vez, pelo que lhes é de direito e nesse aspecto, continua merecendo o nosso apoio, apoio esse que não surgiu demagogicamente nessa hora, mas que vem fundada e que vem se arrastando há alguns meses. Diga-se nessa oportunidade que em relação a esse processo de avaliação e indenização, a Assembléia Legislativa aprovou por sugestão de requerimento de autoria do nobre Deputado José Lázaro Dumont, em 14-05-79, a criação de uma Comissão Especial de Deputados, cujo objetivo seria especificamente, o de conversar "in loco" com os agricultores da região de ITAIPU, objetivando averiguar ao certo, qual o preço já pago ou que estaria sendo pago ou oferecido pela hidrelétrica, a título de indenização e hoje estamos discutindo um requerimento de autoria do nobre Deputado Nelson, do mesmo nobre Deputado Nelson Miguel Friedrich que pede uma comissão de agricultura na Câmara Federal, uma vistoria na área.

Por entender que uma comissão especial viria realizar um trabalho de verificação, constatação e conscientização sobre este problema, de interesse sobre este problema de interesse social, a Liderança do MDB, cumpriu solicitação regimental desta Presidência, da Presidência desta Casa, comunicando a indicação de três Deputados para comporem esta comissão especial, isto em data de 25 de maio, o que infelizmente ainda não ocorreu por parte da Liderança da ARENA, nesta Casa, conforme constatamos, mesmo tendo como autor do requerimento, um Deputado daquela bancada.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Parece-nos então, não estar havendo um interesse por parte de muitos parlamentares, com exceção dos parlamentares dessa região, em relação a esse fator, que lamentamos profundamente, eis que a opinião pública continua a situar-se num ambiente de descrédito em relação à veracidade sobre os prejuízos que estão sendo causados em detrimento dos pequenos produtores do Estado, bem como das próprias instituições que ainda estão ao lado desses...

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — ... e cito como exemplo, a Igreja.

O nobre Deputado tem o aparte.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Ouvi com atenção esta parte em que Vossa Excelência traz dados sobre indenizações na mesma área, com terra de qualidade iguais.

Entretanto, para se avaliar uma terra, é necessário que técnicos formados e especializados compareçam "in loco" e

verifiquem se exatamente as terras tecnicamente são produtivas no mesmo teor. Se essas terras tem benfeitorias com igualdade, para uma avaliação de específicos valores dentro do mesmo pensamento em que é avaliado todas as terras em Itaipu.

Há reclamos de pessoas em que suas terras estão sendo mal pagas.

Lógico, jamais alguém poderá ficar satisfeito com pagamentos indenizatórios em que não há um valor afetivo, onde criou seus filhos, onde plantou suas árvores e terá que mudar-se e recomeçar a sua luta. Nós também estamos dentro do destino, pagando o preço do progresso. Não é apenas com intuito de fazer fixar os nossos eleitores em regiões que no futuro irão nos servir.

Exemplo, recebi há poucos dias de um povoado do Município de Foz do Iguaçu, por nome Linha Ipiranga, a sua população por inteiro foi desapropriada, perímetro rural e perímetro urbano.

E ao encontrá-los em uma festa no Distrito de Santa Teresinha, eles me contavam de que compraram no Mato Grosso uma grande parte, colonizaram e estão transformando num povoado, com uma infra-estrutura melhor do que o da Linha Ipiranga em Foz do Iguaçu, que estão altamente satisfeitos com os valores indenizados, recebidos à vista, com direito de retirar as benfeitorias e levarem para onde bem entenderem. E fiquei altamente satisfeito por representar aquele povo.

Apenas o sentimento de que o meu eleitor vai embora e vai ter que votar no Mato Grosso. Mas a alegria deve ser não pelo voto porque nós temos que lutar e conquistar outros eleitores. Mas é uma alegria que o povo que nós representamos agora estão fixados numa área melhor, onde poderão produzir mais em benefício de todos nós, da nossa Nação.

Eu não vejo porquê tanta destruição através de palavras. Vossa Excelência está há uma hora na tribuna e não disse até agora sequer uma palavra que Itaipu trouxe em benefício do meu Estado e do Estado. Será que não trouxe nada? Será que só trouxe destruição?

Nós recebemos prejuízos, mas em contrapartida muito mais lucro, porque estão sendo edificados, na região Oeste, mais de 500 milhões de cruzeiros já foram gastos através de um programa especial criado pelo Governo Federal dando uma infra-estrutura para a nossa região, trazendo centros sociais urbanos, melhores posições na saúde, com mais energia, telefonia, é um trabalho do Governo do nosso Estado aliado com o Governo Federal. Por quê? Porque Itaipu está carente de mais benefícios para o povo e está sendo edificada. Eu não posso, não posso jamais aceitar que obra nenhuma só traga prejuízo e nem sequer uma palavra de lucro.

**O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella)**. — Eu quero comunicar ao eminente Deputado que já encerrou o seu horário e lhe concedo mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

E neste minuto, nobre Deputado Tércio Albuquerque, gostaria de dizer que em nenhum momento nós desconsideramos a obra como tal. Em nenhum momento nós nos preocupamos em elogiar a obra, porque trata-se aqui apenas do aspecto social que estamos levantando. E gostaria de ter a mesma alegria quando chegasse na região, de ver os meus agricultores contentes, saltando pelas imediações. Mas infelizmente não sinto isso.

Na minha região não ocorre isso aí. E no entanto o próprio Deputado Norton Macedo, que também é um parlamentar da ARENA, também não acredita que Itaipu, por si só, poderá fazer frente ao desequilíbrio providado por ela, por declarações feitas em jornal, na "Gazeta do Povo", página seis.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Cada parlamentar tem direito de falar o que quer.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Portanto, acredito que essa euforia só encontro em Sua Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Encerrada a discussão, em votação o requerimento do Deputado Nilton Friedrich.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, em respeito ao exaustivo trabalho do Deputado Tércio Albuquerque, Deputado Nilton Friedrich, que se mantêm nesta Casa até este momento, trabalhando, falando e discutindo este assunto, não é justo que este requerimento seja colocado em votação com apenas a presença do Presidente Fabiano, da Mesa, que está dirigindo os trabalhos e de nós outros. Portanto, requeiro regimentalmente a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Deferido o pedido do Sr. Deputado Antônio Facci. Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal dos Srs. Deputados)

10 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que amanhã, será a 2.ª discussão do Projeto de Lei n.º 133/79, Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46/77.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 133/79 e 157/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 113/79 e 114/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 115/79, 116, 117 e 118/79.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 80, 81, 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94/79 e do Projeto de Lei n.º 124/79. Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, em sessão realizada no dia 24 de outubro de 1979.

#### "SOMOS POBRES NUM RICO ESTADO AGRÍCOLA

*As estatísticas oficiais falam uma voz negra de pessimismo e de dolorosa injustiça no Paraná. Como um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, temos renda "per capita" não somente mais baixa do que a média brasileira, mas, também, inferior aos três Estados sulinos, todos ainda essencialmente agrícolas.*

*Há muito que "Gazeta do Povo" defende a idéia de que*

*não podemos ficar tecendo loas aos êxitos conseguidos com nossas cópias cerealistas, se o homem que trabalha a terra dela recolhe o amaríssimo fruto da desilusão e até da miséria, se considerarmos que 10% de nossa população são representados pelo desesperançado cortejo de 1 milhão de "bóias-frias". São figuras humanas sobre as quais a Igreja se debruça nos desvelos de sua consciência cristã, constituindo-se, também, num anátema e um triunfalismo que engrinalda, pelos números estupendos, a pujança estatística da produção agrícola paranaense.*

*Se o relevante é produzir mais, com melhor produtividade, não podemos esquecer, jamais, toda a linha do pensamento da Igreja, desde a histórica "Rerum Novarum", de Leão XIII, que colocou o primado humano sobre o valor do Capital. Não temos visto a obediência dessa linha de dignificação do homem. Construímos um modelo econômico que, até ontem, esquecia a agricultura, quase divinizando o processo industrializatório. Com isto, passamos a assistir, nos dois últimos decênios, a um dos mais notáveis episódios sociológicos do Brasil atual, com a população brasileira concentrada, agora, muito mais nas cidades que nos campos. De horas a esta parte começamos a bradar por mais comida e até mesmo já se repete, cansativamente, a tese de que a inflação pode ser batida se tivermos o que comer e exportar.*

*Se o Paraná é um dos Estados de maior capacidade de produção agrícola, tem um povo com renda abaixo da média brasileira, mal podendo adquirir o que precisa para sustentar-se, como continuar formulando apelos para que continue agricultando a terra num esforço no qual não é o grande beneficiário?*

*Há, em todo esse contexto, uma profunda e dilacerantemente dolorosa certeza de que há erros que precisam ser analisados, estudados sob a lupa de um sentimento até mesmo humano, fundamentalmente cristão, para que o modelo seja corrigido, a fim de que se possa dizer, como Thomas Morus, de que "devemos honrar as mãos de quem trabalha a terra". Como essa imensa figura inglesa do utopismo universal, é preciso corrigir, até com desapiedade, as falhas existentes no processo da economia agrícola do Paraná, que se distende brasileiramente. O objetivo básico, aqui como no país, é termos — e vale até, o exagero da figura retórica — um lavrador rico. Não nos importa a sorte dos atravessadores, dos que se cuidam na construção de uma estrutura voltada para a comercialização exterior, quando os preços de uma grande safra não derrubam os valores que temos que despendar para comprar o feijão com arroz da tranquilidade do poder alimentar nossas famílias.*

*O XI Congresso Brasileiro de Agronomia, que nos honramos em sediar com a hospitalidade paranaense, há que se expressar através de visão crítica, antes que a laudação do panegírico. É preciso grandeza para fazer-se, contritamente, o ato da confissão. É ele que liberta, dando-nos a absolvição dos pecados. E estes existem, no Paraná Agrícola, como no Brasil agrícola, onde o homem que trabalha e ergue da terra, com seu suor e esforço, os frutos da dignificação, não os colhe em termos de grande beneficiário. Daí estarmos, na "Gazeta do Povo", insistindo na tese de que necessitamos fazer contínuos exames de consciência e realizar a sabedoria da confissão, que nos absolverá do pecado de sermos pobres num Estado de imensa e maravilhosa grandeza agrícola."*